



ATA N.º 17/XII-1º/2017-18

1 - Aos 20 dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, pelas 21H15, nas instalações da Associação Cultural Desportiva da Quinta do Bau Bau, sita na rua Francisco Martins, Lotes B/C, na Sobreda, realizou-se a primeira Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2018 da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1- Período de Intervenção dos Cidadãos

2- Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Designação de doze cidadãos para o Conselho Municipal de Segurança (Lei nº 33/98, de 18 de julho, artigo 5º, nº 1, al. j)).

3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais”.

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação de auditor externo, responsável pela certificação legal de contas para prestação de serviços de Auditoria, Revisão e Certificação Legal de Contas do Município por Auditor Externo” - Retificação.

3.4 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Elisabete Peres Pereira; Carlos Manuel Coelho Revés; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Geraldés; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Marina Alexandra Pereira Lopes; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Sandra Branco Duarte de Jesus Moço; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações do/as Senhores/as Deputados/as Municipais Bruno Dias (CDU), José Alberto Lourenço (CDU), Sílvia Sousa (PSD) e António Proença PSD) informando da impossibilidade de estarem presentes nesta reunião e solicitando a sua substituição.

4.2- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse António José Olaio da Silva (CDU) por impossibilidade dos membros da respetiva lista José Gabriel Guiomar Joaquim, Mara Rita Silva Martins, Jorge Miguel Oliveira Feliciano, Mário José de Sousa Pedroso e Andreia Sofia Fernandes Egas; António Abrantes de Almeida (CDU), por impossibilidade dos membros da respetiva lista José Augusto Tavares Oliveira e Joana Tavares Reis Raposo; tomou ainda posse Sónia Raquel Mota Faria (PSD) para as reuniões dos dias 20 e 21, e Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD).

4.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.4 - Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Acabamos de assistir, antes do início da sessão, a um momento musical proporcionado por este grupo da Associação que nos recebe hoje. Um agradecimento à Associação Cultural e Desportiva da Quinta do Bau Bau, que não só nos recebeu nestas suas magníficas instalações, com nos presenteou com esta entrada musical, que obviamente enriqueceu a nossa Sessão e contribuiu para criar um ambiente, que certamente será propício a que os trabalhos decorram de forma construtiva e útil. Portanto, muito obrigado à Associação Cultural e Desportiva da Quinta do Bau Bau.”

4.5- Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.5.1. - O Requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) e enviado para a Câmara Municipal de Almada a 11 de julho, sobre Linha de Muito Alta Tensão, aguarda resposta da Sr.ª Presidente da Câmara.

4.5.2 - O Requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN) e enviado para a Câmara Municipal de Almada a 2 de agosto, sobre Plano de Ação Local para a Biodiversidade, aguarda resposta da Sr.ª Presidente da Câmara.

4.5.3 - O Requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) e enviado para a Câmara Municipal de Almada a 13 de setembro, sobre Corte na Atribuição de Subsídios às Coletividades Culturais, aguarda resposta da Sr.ª Presidente da Câmara.



4.6 - Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em *streaming*. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em *streaming* da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os senhores/as múncipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência da questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os múncipes que não queiram expor a sua situação de forma pública.”

5.2 - Usaram da palavra os Senhores Múncipes António Valadas Palma, Eugénio António Pereira Domis, António Filipe Santana Marreiros, Liliana Santos, Fernando Manuel Oliveira Rodrigues, Maria Felismina Ferreira, José Coutinho e João Rocha.

5.2.1 – O Senhor Múncipe António Valadas Palma:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que eu vos quero falar hoje aqui é uma coisa que tem se calhar muitos séculos, porventura milénios, que é a pobreza. E talvez, para começar, gostaria de vos lançar um repto. Esta noite, aqui, na casa da Dona Joaquina e dos seus companheiros, que lutaram muito para terem isto aqui, desde já a saúde, queria saber se era possível todos nós, considerarmos que a pobreza é uma profundíssima violação dos direitos humanos. E se assim for, se todos nós considerarmos isso, então cabe-nos moralmente o dever de agir em consonância. Quero eu dizer com isto, que, juntar a nossa voz aos outros portugueses que não estão aqui, clamar para que a pobreza seja colocada na agenda dos governos nacionais, e da nossa Câmara, como prioridade.

Gostava então de enfatizar que a pobreza, como vocês sabem, é muito dura. E é completamente cruel, que nós temos em relação aos outros cidadãos que moram próximo de nós. É muito cruel, e dizia eu que,



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

digamos, já sabemos daquela história que sempre houve pobres e ricos, que o pobrezinho, humilde, aquelas histórias, aquela **ladainha** que ao longo da nossa vida fomos ouvindo. Mas não é admissível, no século XX, termos os níveis de pobreza. Mais de um milhão e meio de portugueses são pobres, e deixemo-nos desse eufemismo no limiar da pobreza. São pobres.

Agora, nós sabemos porque é que a pobreza existe, sociedades altamente desiguais, assimétricas, com um passado histórico, alguns, os tais 1% que tomam conta das riquezas que se vão gerando, e os outros vão sobrevivendo muitas das vezes morrendo à míngua. Mas, dizia eu que a pobreza além de ser cruel, não é apenas a ausência de bens, de recursos, a pobreza é também a baixa autoestima, a baixa autoimagem, a baixa autoconfiança, horizontes afastados, afastamento das ofertas culturais, etc., etc., etc. Portanto, a pobreza é um complexo, é difícil de abordar. Mas obviamente é suscetível de ser abordado, claro que sim.

Então, talvez três coisas poderão ser até bons pretextos para a próxima campanha que vem aí das europeias. A União Europeia, espaço a que nós pertencemos, precisa de regular a financiamento da economia, é urgente, o descalabro dos mercados leva ao sofrimento dos povos. Essa é uma questão. Outra questão é o banditismo fiscal que existe na União Europeia. Vejam o Governo da Irlanda não quer receber não sei quantos milhões da **Apple**, não quer o produto dos impostos que aquela empresa norte americana **Ihes der**. Não quer. E então a União Europeia está ali com um problema que não sabe o que fazer. O Presidente da União Europeia, como os Senhores e Senhoras sabem, andou vinte anos, a fazer acordos com grandes empresas em Luxemburgo com taxas ridículas de impostos. Aliás, as nossas vinte empresas do PSI 20, há umas 17 ou 18 estão na Holanda. Deve ser por causa de beleza dos canais com certeza, gostam de lá estar.

O Concelho precisa de um programa para todos nós colaborarmos, para tirar pessoas da pobreza, e esse programa passa pela formação, passa por disponibilizar bens a preços muito mais baratos aos cidadãos dos produtos que a Câmara e as Juntas têm, e também fomentar o interesse pela cultura nas pessoas que têm mais dificuldades.”

5.2.2 – O Senhor Município Eugénio António Pereira Domis:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho aqui só para dar duas informações. Uma delas é a questão da paragem central do Laranjeiro, em frente à Caixa Geral de Depósitos. É de lamentar, há muitos anos, que não tem um banco para as pessoas que têm dificuldade se poderem sentar. Além disso, o abrigo é minúsculo para o número de pessoas que passam ali durante uma hora. Aquilo é muito pequenino e, portanto, é uma situação que tem que ser vista.



A outra situação será as passagens do metro, que é de lamentar, que aquilo dá cabo dos nossos carros, e foi dito pelo anterior Executivo que os engenheiros e os arquitetos não podiam fazer alteração. Mas, as pessoas podem fazer alteração nos carros. Nos amortecedores, nos braços, nas rótulas, aquilo tudo.

A outra situação é um pedido. Para ver se viam o Miradouro de Cacilhas, que é onde está o Farol. Aquilo é uma zona muito linda, muito rica, e quase que está ao abandono por Almada. Pôr lá informação a quem de direito, informação do que a gente vê dali porque é uma zona muito linda. Era isto que eu tinha para vos dizer.”

5.2.3 – O Senhor Município António Filipe Santana Marreiros:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu tenho aqui uns apontamentos e gostaria de citar. Moro na Quinta da Adega que é uma ilha entre urbanizações, desde há mais de trinta anos. Graças à administração municipal anterior. Depois de mais de trinta anos que isto não se resolveu e já não tenho esperança em vida.

Segundo ponto é que, só agora vejo intervenção na limpeza das ruas, mas os caixotes do lixo continuam sem serem lavados, na Quinta da Adega. Os esgotos continuam a correr nas ruas, porque há pessoas sem civismo e não há fiscalização do ambiente, nem do Município.

A Câmara, na fatura da água, cobra 50% do valor desta para os esgotos, depois de tantos anos, deveria ter feito alguma coisa para evitar que os esgotos corressem nas ruas. Porque eu tenho esgotos a correr nas ruas todos os dias. Às vezes falo com as pessoas, já tenho ligado para o ambiente, já mandei emails para a Câmara, não agora, uma única vez me responderam a um email, e era para tapar um buraco de cinquenta centímetros de área no máximo. Por várias vezes enviei emails pedindo a intervenção da Câmara Municipal, para todas estas situações, só uma vez vieram repor o pavimento numa área ridícula, cerca de meio metro quadrado. E só desta vez, todas as outras nunca tiveram resposta. Espero que no futuro isto não venha a acontecer. Portanto, espero alguma resposta mais da Câmara Municipal. Há coisas que melhoraram, mas há coisas que precisam de melhorar e nomeadamente os esgotos.

Quando fui para ali morar, foi porque pensava que aquilo ia ser urbanizado rapidamente. Afinal tudo foi urbanizado à volta, depois quase quarenta anos a Quinta da Adega continua na mesma miséria. E agora já sou velho para construir e vivo lá numa barraca praticamente.”

5.2.4 – A Senhora Município Liliana Santos:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou moradora na rua de Vale Flores, mais propriamente dito, tenho residência no cruzamento de Vale Flores com a rua Piteira Santos. E acontece, que ali deparo-me com muitos acidentes naquele cruzamento.



MUNICIPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

Eu fiz um pedido há cerca de doze, treze anos, à Junta de Freguesia do Feijó, para colocarem umas lombas. Inclusive o meu marido ainda era vivo, custava-lhe atravessar a rua, e o pedido nunca foi deferido, pelo contrário, puseram umas passadeiras somente na rua de Vale Flores, e a Piteira Santos que é uma rua muito íngreme, por vezes serve até para corrida de carros, nunca foi satisfeito o pedido. Como tal achei oportuno, uma vez que estava hoje aqui presente, fazer este pedido novamente à Câmara Municipal, a ver se o mesmo será respondido favoravelmente.”

5.2.5 – O Senhor Município Fernando Manuel Oliveira Rodrigues:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As questões que pretendo colocar a esta Assembleia, são simples e gostaria de ter respostas igualmente simples e diretas.

A primeira questão, que dirijo ao atual Executivo Camarário, mas que podia ter sido feita ao anterior, tem a ver com a Fonte da Telha. Pelo menos nos últimos três anos, assisto ao estacionamento permanente, de muitas autocaravanas, sobre o cordão dunar da praia da Fonte da Telha. A minha pergunta é muito simples, também tiveram oportunidade de o constatar, se consideram que este facto é negativo para a praia, que medidas já tomaram, ou pretendem tomar? Agradeço só uma coisa, que a resposta não passe por planos de ordenamento, porque é algo que nunca foi feito, nem tenho esperança que alguma vez seja. Embora se esteja na presença de uma das praias mais bonitas do país.

Segunda questão. Existiam normas penso eu, para o abate de pinheiros, para efeitos de construção de habitações na Herdade da Aroeira. A minha pergunta é muito simples. Essas normas foram alteradas? A sensação que tenho, é que atualmente se pode abater indiscriminadamente pinheiros, sem ter em conta a área de construção. Falei na Herdade da Aroeira, mas penso que no resto do Concelho também acontece muito isto. Era só isto que eu queria perguntar.”

5.2.6 – A Senhora Município Maria Felismina Ferreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não é seguramente por entretenimento que a APRHA (Associação de Proprietários e Residentes da Herdade da Aroeira) tem participado nas reuniões desta Assembleia Municipal. Temo-lo feito no exercício de um direito cívico de intervenção e, como tal, gostaríamos de ver reconhecido por Vossas Excelências, a quem pacientemente temos vindo a expor as nossas queixas e denúncias, não só as razões que nos assistem, mas, muito principalmente, a urgência na resolução das mesmas por parte da Câmara Municipal de Almada.



Dirigindo-nos à Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal, não queremos que nos renove o seu comprometimento para com a Herdade da Aroeira, porque obviamente que já não nos basta ouvir renovadas promessas.

Senhora Presidente, precisamos de conhecer quais as decisões já tomadas, precisamos de saber quais as ações planeadas e precisamos de ver a Câmara Municipal de Almada iniciar o processo de intervenção na gestão dos serviços de limpeza, manutenção e conservação da Herdade da Aroeira.

Senhora Presidente, queira por favor informar os proprietários, residentes, visitantes e trabalhadores da Herdade da Aroeira acerca de: quando? como?

Vai a Câmara Municipal de Almada iniciar a resolução dos problemas há tanto tempo identificados e assumir as suas responsabilidades para com este espaço público, o qual mantém abandonado há cerca de trinta anos?

A Senhora Presidente, permita V. Exa. que lhe recordemos que já passou 1/4 do tempo útil do seu mandato sem que seja por nós conhecida uma decisão tomada, sem que seja por nós visível uma ação de mudança encetada.

Precisamos de ver já não nos basta apenas ouvir promessas.

Durante os últimos doze meses, primeiro ano do seu mandato, temos exposto, não só a Vossa Excelência como também a outros elementos da sua equipa, matérias que consideramos essenciais resolver a bem da comunidade da Herdade da Aroeira. Referimo-nos à necessidade de limpeza, manutenção e conservação do espaço público; referimo-nos também às ações de intervenção para prevenção e segurança contra incêndios; referimo-nos ainda às diligências e esforço consertado no sentido de tornar realidade a sede da APRHA. Em causa estão diversos temas, com abordagens a diferentes intervenientes, que, no entanto, apresentam um denominador comum, ou seja, resoluções para a Herdade da Aroeira: zero.

Senhora Presidente, esperamos que o seu silêncio não seja prenúncio de que, tenha chegado à conclusão de que está perante um caso "complicado", porque essa avaliação (de má memória) já foi anteriormente feita por outros, que demonstraram não ter capacidade para o resolver.

Aos Senhores/as Deputados/as desta Assembleia, que desde há tanto tempo nos ouvem, clamar por resoluções urgentes, para que sejam resolvidas situações críticas de irresponsabilidade e abandono do espaço público da Herdade da Aroeira por parte da Câmara Municipal de Almada, questionamos:



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Quais foram até ao momento as vossas ações interventivas na defesa dos direitos dos munícipes que, aqui representados pela APRHA, se têm queixado reiteradamente? Quantos de vós fizeram já um estudo, avaliaram e analisaram este problema? A que conclusões chegaram? Que propostas apresentaram?

Pensamos que aos Senhores/as Deputados/as deveria caber um papel de vigilância da ação do Executivo Camarário, e também de defesa dos munícipes. Se assim não é entendido por Vossas Excelências que poderemos nós esperar de vós?”

5.2.7 – O Senhor Município José Coutinho:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Juventude Popular de Almada usa novamente o tempo de intervenção dos Municípios, para sinalizar alguns acontecimentos que nos têm vindo a preocupar.

Como é do conhecimento geral, o contrato de exploração do transporte ferroviário da FERTAGUS, termina já em 2019, e pelo aproximar da data, têm-se manifestado alguns movimentos contra a permanência desta empresa na Margem Sul. Tendo até a Câmara Municipal de Setúbal, aprovado em reunião pública uma moção que defende o fim da exploração do transporte ferroviário pela FERTAGUS e a integração desse serviço na CP. Para além disto, também se insurgiu um movimento intitulado de: “Comissão de Utentes dos Transportes da Margem Sul”, que criou um manifesto pelo fim da concessão ferroviária à FERTAGUS, que recolheu cerca de duzentas assinaturas, e duas delas das Câmaras do Seixal e de Setúbal. Para as entidades acima mencionadas, a concessão da ferrovia à FERTAGUS tem de terminar o mais rapidamente possível. Dizem que se trata de um operador privado a utilizar linhas públicas. Contudo, para os utentes da FERTAGUS não é bem assim. Com cerca de 60.000.00 (sessenta mil) deslocações diárias, a FERTAGUS é o maior operador de transportes públicos da Margem Sul. Significa isto que a FERTAGUS tem a tarefa de levar todos os dias trabalhadores, estudantes e famílias, sem atrasos, para as suas ocupações. E, ao contrário da CP, tem-lo feito de forma exemplar, sem supressões nem atrasos, tornando-se a forma mais rápida e eficaz de chegar a Lisboa. Ao contrário da FERTAGUS, a CP não oferece um bom serviço, a elevada percentagem de comboios suprimidos e/ou atrasados, a consequente existência de greves, a falta de qualidade das carruagens, é uma realidade que existe onde a CP opera. Significa então, que a integração da CP nesta linha, traduz-se num retrocesso no transporte ferroviária na Margem Sul para a Capital. E os almadenses não desejam isso. Os almadenses estão habituados a um serviço de excelência, que diariamente se apresenta com carruagens limpas e climatizadas, existindo sempre seguranças a vigiar o comboio. Será que a CP é capaz de reproduzir o semelhante? Nós acreditamos que não, e como se tem visto, o serviço da CP é de dia para dia pior, recheado de atrasos, greves e supressões. A CP, a única coisa que oferece neste momento, é a instabilidade aos seus utilizadores e os almadenses não querem isso.



Excelentíssimos Vereadores/as e Deputados/as Municipais, este assunto tem sido debatido com muito pouca seriedade, revelando-se alguns movimentos estarem cegamente presos a ideologias que só demonstram querer destruir a mobilidade da Margem Sul. Com esta exposição pretendemos que chegada ao fim da concessão à FERTAGUS, que representem quem vos elegeram, que ouçam quem usa a FERTAGUS, e que se imponham pelo único interesse do consumidor final. Pois é a este que a FERTAGUS serve, garantindo sempre uma gestão limpa e exemplar.”

5.2.8 – O Senhor Município João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estou aqui na qualidade de responsável da AUGI, com processo de loteamento nº 442/85, sito na Quinta da Adega na Sobreda. Congratulo-me com a proposta para a criação de um Gabinete de apoio às AUGI, sediada nesta União de Juntas de Freguesia Charneca de Caparica e Sobreda. Dado tratar-se de uma situação bastante preocupante que assola esta União de Juntas de Freguesia, com uma área de ocupação de 352 (trezentos e cinquenta e dois) hectares de terreno, e envolvem cerca de 40.000 (quarenta mil) habitantes ou proprietários. Ora, em pleno século XXI, torna-se incompreensível, que mais de 23% da população deste Concelho, não possui saneamento básico. Bem como outras valências. Quero também referir, que, em 1996, quando o Regulamento Urbanístico da Câmara Municipal de Almada sofreu a última alteração, a Lei nº 91/95 de 2 de setembro, que veio definir as Áreas Urbanas de Génese Ilegal, já estava em vigor. E não houve por parte deste Município uma destrição. De um loteamento por exemplo, na Herdade da Aroeira, na zona da Marisol, ou na Península de Setúbal, em Troia, em relação ao regime especial criado para as AUGI, s, pela legislação já citada.

Finalmente, quero agradecer o empenho e dedicação, relativamente ao apoio prestado, aos responsáveis das AUGI pela Senhora Presidente deste Município, bem como às Senhoras e Senhores Vereadores, para a resolução de uma situação que se perspetiva como uma nova era, dado tratar-se de um flagelo neste Concelho, missão essa que seria impossível para o signatário. Ou seja, levar o barco a bom porto sem naufragar.”

5.3 - Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo obviamente por agradecer todos os pedidos de palavra e intervenções dos Senhores Municípes, é sempre um momento importante, e todos os alertas que nos deixaram aqui.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Permitam-me antes de responder, que saúde a Associação Cultural e Desportiva da Quinta do Bau bau, na pessoa da Senhora Joaquina e que dê os parabéns pelo momento musical, que deu início a esta Assembleia; é uma ótima maneira de começarmos os nossos trabalhos.

Eu começava por responder ao Senhor António Palma, embora seja mais uma sugestão, não é uma pergunta concreta. Senhor António Palma, eu partilho muito do que disse naquele que é o seu diagnóstico das causas e das consequências da pobreza. Parece-me de facto, que é importante pensarmos em como é que a combatemos. E também estou absolutamente de acordo, que não basta dar, é a velha história entre o dar o peixe e dar a cana, para ensinar a pescar. E, eu também acredito que é preciso as duas coisas. Abordou um tema muitíssimo importante, é que de facto a pobreza não é apenas a falta de meios materiais, embora esses sejam importantes, também tem muito a ver com a questão da autoestima e de voltar a dar confiança às pessoas, e dar-lhes ânimo e não perderem a esperança. Aliás, permitam-me dizer, eu acho que nestas intervenções ouvi por duas vezes esta frase, “já perdi a esperança de ver”. O que eu em nome do Município de Almada posso dizer é: não percam. Não percam a esperança, porque quando se perde a esperança, então perde-se quase tudo na vida. Quase tudo na vida. Sim, é evidente que o Concelho precisa de um programa pelo combate à pobreza integrado, que é aquele que também já estamos a fazer. Neste momento não está cá a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, que teria certamente todo o gosto de explanar todas as ações que estão a ser feitas, mas mesmo que haja vários planos específicos, a ideia é que isto faça parte de uma política integrada, porque de facto, só se combate a pobreza a todos os níveis, acudindo de imediato nas questões de urgência, mas também criando as condições para que ela não volte a acontecer e que as pessoas que por momento, são acudidas e ajudadas, não voltem a cair num ciclo de pobreza. Há aliás, aquela expressão, o ciclo infernal da pobreza, e que ainda por cima é hereditário. E depois criamos ciclos que ultrapassam, não é hereditário, ultrapassam em mais do que uma geração, para ser clara. Portanto, o combate à pobreza tem obviamente que ser uma prioridade. Nós aqui em Almada temos focos de pobreza muito, muito fortes e muito identificados, algo que não nos orgulha e o combate à pobreza começa obviamente, pelo o combate muito grande, muito pesado, mas que deve ser algo que nos mobilize a todos, que tem a ver evidentemente, com um dos primeiros, senão o primeiro direito, que é o direito à uma habitação condigna. E, portanto, isto é um tema muito forte. Nós temos uma carência tão grande, tão grande, de habitação em Almada, que, vou ser sincera vai ultrapassar o mandato. Mas temos é que começar e já estamos a começar e fazer o quanto antes todas as diligências, aproveitar os programas que agora foram lançados da parte do Governo, seja a porta de entrada, seja o primeiro direito, para começarmos a mexer ativamente e a trazer soluções para este problema maior, e que é um instrumento fundamental para o combate à pobreza, que é o direito à habitação.



Quero relembrar, que até agora não havia em Almada, um regulamento para atribuição de habitação social, e é logo também das primeiras coisas ao mesmo tempo que temos que arranjar espaço, para poder realojar pessoas, temos que também que criar critérios transparentes, acessíveis, para atribuição dessas casas, e também temos que ter, obviamente, um sistema de fiscalização da ocupação do nosso parque habitacional.

O acesso à cultura é evidente, felizmente aqui em Almada, isso sim, temos uma programação cultural muito intensa, muito dinâmica e muito acessível, o que é importante, e, portanto, quando não temos mais frequência, temos que perceber o que é que temos que mudar, não mudando as condições de acesso, o que é que temos que mudar, para que mais pessoas continuem a usufruir desse outro direito constitucional maior, e felizmente que é o acesso à cultura, o acesso à educação, sim, a pobreza é de facto uma causa que nos deve mobilizar a todos em todas as frentes.

Relativamente à questão da paragem do Laranjeiro, do Miradouro e do Metro, tomamos boa nota deste alerta.

Da mesma maneira da Quinta da Adegá. A Senhora Vereadora até queria dar notícias sobre a questão da Quinta da Adegá, poderá fazê-lo no fim ou noutra altura.

Também fica registado o pedido da Senhora Dona Liliana, um pedido de há treze anos, espero poder dar a resposta mais rapidamente do que treze anos.

Relativamente à Fonte de Telha, exigiria uma resposta mais alargada. Apenas digo que uma das competências, relativamente à delegação das competências do Governo Central e outras entidades ligadas ao Governo Central, para os Municípios, é justamente a gestão das praias e a gestão da Costa. Que é uma competência que nós Executivo da Câmara Municipal de Almada, queremos assumir, queremos assumir obviamente em condições, mas que nos ajudará em muito, a poder resolver todos os problemas e o problema muito especificamente da Fonte da Telha, que é um problema que também se tem vindo a arrastar há muito tempo e que está intimamente ligado com a APA. Mas muito brevemente a gestão da nossa Costa, nós consideramos que deve ser uma gestão do Município, que é quem está no terreno, e deve ter o poder e as competências necessárias, para poder gerir aquele que é o seu território.

As normas de abate para pinheiros. Não, não houve alteração às normas de abate de pinheiros.

A Senhora Felismina, também lhe queria responder com mais calma. O tempo que nós estamos a demorar é para analisar as propostas que a própria Associação de Moradores nos fez. Temos que alterar o modelo de gestão da Herdade da Aroeira, foi esse o desafio que nos lançaram. E, penso que até nas últimas conversas que tivemos se apontaram, e os Senhores até deram vários exemplos, de modelos de gestão



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

diferentes. É isso que nós estamos a fazer. Eu lamento, vou ter que dizer, sim, é um problema complexo, mas não é um problema que por ser complexo, nos impeça de avançar com ele. Não estão esquecidos, eu não me esqueci que um quarto do mandato já passou e foi num ápice, esteja descansada lembro-me todos os dias. Ainda ontem numa reunião de Vereação, um dos temas foi justamente a Herdade da Aroeira. E, vermos que tipo de modelo de gestão é que se quer e que se vai propor, também aos moradores da Herdade da Aroeira. A única coisa que lhe posso garantir é que um dos modelos são justamente dos exemplos, que a própria Associação de Moradores nos fez chegar.

Relativamente à FERTAGUS, só lembrar que todos os contratos relativos tanto ao transporte ferroviário como rodoviário estão neste momento a ser tratados ao nível da Área Metropolitana de Lisboa. E bem. E permitam-me aqui lembrar algo que já foi anunciado pelo Presidente da Área Metropolitana de Lisboa, o Presidente Fernando Medina de Lisboa, mas que foi consensualizado por todos os dezoito Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, que é a questão do passe único, que propusemos ao Governo, e que a ser aprovado é algo de essencial. Não tem a ver especificamente com a FERTAGUS, mas quero lembrar aquilo que foi a nossa proposta de todos os Municípios, que é um passe num valor de 30€ (trinta euros) para Lisboa, e para toda a Área Metropolitana de Lisboa, um passe único de 40€ (quarenta euros), e a inclusão também de um passe família, o que significa que há famílias que vão poder chegar a poupar quase 300€ (trezentos euros) por mês, um casal com filhos.

Portanto, é para nós uma grande causa e é uma causa que une todos os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, e é uma grande satisfação porque estão representadas, na Área Metropolitana de Lisboa, praticamente todas as forças políticas, as que têm Câmaras na Área Metropolitana de Lisboa, especificamente o PS, o PCP e o PSD. Portanto, é uma causa comum e acho que é uma excelente causa.

Relativamente ao Senhor João Rocha, só dizer que, na Reestruturação Orgânica que vamos debater em breve, o mais rapidamente possível, está criada justamente uma divisão específica para o tratamento da questão das AUGI, porque são muito complexas. Cada AUGI é um caso em particular, há que rever regulamentos, há que adaptar à legislação, e há que ter trabalhadores, funcionários dedicados exclusivamente à resolução das AUGI, mas sobre isso falaremos na altura da reestruturação.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – A iniciar o período, foi apresentado pela Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE) um Voto de Pesar pelo falecimento de Helena Lopes da Silva.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Helena Lopes da Silva



Faleceu, a 8 de setembro de 2018, Helena Lopes da Silva aos 69 anos.

Nascida em Cabo Verde, fez em Portugal o seu curso de Medicina e aqui exerceu a sua atividade profissional como cirurgiã e docente universitária.

Foi militante da esquerda anticolonialista contra a ditadura, tendo lutado pela libertação e independência das ex-colónias portuguesas. Foi membro da Liga Comunista Internacionalista (LCI), que deu origem ao Partido Socialista Revolucionário, cuja lista às eleições europeias encabeçou em 1994. Tornou-se assim a primeira cabeça de lista negra nas eleições em Portugal, numa campanha que trouxe visibilidade às questões do racismo e da xenofobia em Portugal e na Europa.

Na luta feminista, destacou-se por ter sido uma das criadoras da Campanha Nacional pelo Aborto e Contraceção, que deu origem à mobilização pelos direitos das mulheres contra a criminalização do aborto. Perdeu o referendo de 1998 e ganhou o seguinte, tendo sido sempre uma das destacadas dirigentes feministas. Como médica, impulsionou o movimento dos Médicos pela Escolha, que foi crucial nessa vitória.

Em 2015, foi condecorada pelo Presidente da República de Cabo Verde com o Segundo Grau da Ordem Amílcar Cabral, tendo feito parte do Conselho de Estado do país.

Fundadora do Bloco de Esquerda e sua ativista desde sempre, será sempre lembrada pela sua atitude, frontalidade, vontade, amizade e internacionalismo.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida, na Sobreda, em 20 de setembro de 2018, delibera manifestar o seu pesar pela morte de Helena Lopes da Silva e apresentar aos seus familiares e amigos e ao Bloco de Esquerda as mais sentidas condolências.”

6.1.1 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação do voto de pesar, que foi aprovado por unanimidade.

6.1.2 - Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.2 – Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, usaram da palavra para apresentarem documentos para votação os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE), para apresentar a resolução “Visitas ao 2º Torrão”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Resolução - Visitas ao 2º Torrão



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O Direito à Habitação, tal como consagrado enquanto direito fundamental na Constituição da República Portuguesa (artigo 65.º, n.º 1) prescreve que “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

No concelho de Almada existem 62 núcleos habitacionais, constituídos por 3050 habitações precárias, nas quais vivem, pelo menos, 2400 pessoas.

O bairro do 2º Torrão, na Trafaria, está identificado como um dos locais onde estão concentradas várias centenas de famílias. Devido à sua tipologia, ao local onde está situado, à sua exposição às forças da natureza e à sua evidente e conhecida fragilidade social, este é um caso de difícil resolução, que vai muito para além das capacidades e competências do Município. É, por isso, urgente que sejam dados passos concretos com vista a uma resposta definitiva para a situação.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida, na Sobreda, no dia 20 de setembro de 2018, delibera que:

No âmbito da 5ª Comissão desta Assembleia Municipal (Comissão Permanente de Cidadania, Habitação e Ação Social), sejam endereçados convites a todos os líderes partidários com representação na Assembleia da República, a todos os Grupos Parlamentares, ao Governo e ao Presidente da República para que, em conjunto com esta Comissão e o Executivo da Câmara Municipal de Almada, visitem o bairro do 2º Torrão com vista à obtenção do maior consenso possível em torno da procura de uma solução para as vidas de quem ali reside.”

6.2.2 - A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN) para apresentar o voto de saudação “Dia Mundial do Animal e Dia Mundial dos Animais de Quinta”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação ao Dia Mundial do Animal e Dia Mundial dos Animais de Quinta

Em outubro celebram-se o Dia Mundial do Animal e o Dia Mundial dos Animais de Quinta. A importância da celebração destas datas prende-se com a necessidade crescente de respeito e conservação da natureza e da biodiversidade, reconhecendo a interconexão de todos os seres vivos e a importância de cada um deles para o funcionamento sustentável do planeta.

Os animais têm sido instrumentalizados ao longo dos séculos. Usados para alimentação, vestuário, companhia, trabalho, entretenimento e investigação científica. Vemos os seus direitos e a sua natureza serem muitas vezes ignorados para que possam cumprir o fim que lhes destinámos.



O distanciamento do ser humano da natureza e dos outros animais, a par com essa instrumentalização, tem gerado uma enorme devastação dos recursos naturais, poluição, destruição da biodiversidade, alterações climáticas, que não se combatem apenas com medidas legislativas e punitivas, combatem-se sobretudo com uma mudança de mentalidades. Não se defende aquilo que não se gosta e não se gosta daquilo que não se conhece. Apenas através do estímulo e convivência saudável com a natureza e com os animais será possível promover uma sustentabilidade ambiental duradoura.

A nível legislativo foram já dados importantes passos, como disso é exemplo a aprovação da Lei n. 8/2017 de 03 de março (que veio estabelecer o estatuto jurídico dos animais, reconhecendo a sua natureza de seres vivos dotados de sensibilidade, alterando o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n. 47 344, de 25 de novembro de 1966, o Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n. 41/2013, de 26 de junho, e o Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n. 400/82, de 23 de setembro) e da Lei n. 69/2014 de 29 de agosto, que criminaliza os maus tratos a animais de companhia.

Apesar dos reconhecidos avanços no quadro legislativo no que diz respeito à proteção dos animais, continuamos a verificar um número elevado de violações à Lei vigente, quer a nível dos animais de companhia, quer a nível dos animais de pecuária, quer a nível da proteção dos ecossistemas, sendo por isso vital a promoção de ações de sensibilização continuadas, acompanhadas por medidas institucionais para a promoção do bem-estar animal e da sua natureza.

Para além das situações dramáticas que envolvem animais de companhia, muitas das quais tomamos conhecimento, ou pela proximidade local ou através dos meios de comunicação e redes sociais, há toda uma outra dimensão que envolve os animais de quinta, hoje em dia cada vez mais animais de fábrica, que vivem uma vida curta e muitas vezes cruel e desoladora. Para estes existe pouca ou nenhuma proteção legal no que respeita ao seu bem-estar e à sua natureza. A maioria da regulamentação é desajustada, obsoleta e desprovida de sentido ético.

O Dia Mundial dos Animais de Quinta pretende chamar a atenção para a realidade dos animais de pecuária, que culmina na morte anual de 65 mil milhões de animais terrestres criados unicamente para alimentação.

A evolução de uma sociedade passa pela capacidade de proteger os mais vulneráveis e de promover uma vida saudável e harmoniosa para todos. Aos animais que dividem connosco este planeta devemos a nossa consideração, tanto pela sua natureza quanto pelas suas necessidades.

Cabe-nos, por isso, a nós, enquanto sociedade, educar e promover os valores necessários a um mundo mais justo para todos os seres vivos, pautado pelo respeito que cada um deverá ter para com tudo aquilo que o envolve, sejam outros seres humanos, animais e meio ambiente.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Ordinária de 20 e 21 de setembro de 2018, delibera:

Saudar o Dia Mundial dos Animais de Quinta e o Dia Mundial do Animal, celebrados a 2 e 4 de outubro, respetivamente, como forma de apelo à sensibilização da população para a necessidade de proteger os animais e a preservação de todas as espécies, bem como a celebração da vida animal em todas as suas vertentes.”

6.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN) para apresentar a recomendação “Festival O Sol da Caparica: dar à música um melhor Ambiente”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Recomendação - Festival O Sol da Caparica: dar à música um melhor Ambiente

Considerando que:

1. Segundo dados da Comissão Europeia, na Europa são produzidos cerca de 25 milhões de toneladas de resíduos plásticos, dos quais apenas 30% são reciclados, sendo que os restantes são incinerados ou acabam em aterros ou nos nossos oceanos e rios. Estima-se que, todos os anos, cerca de 8 milhões de toneladas de plástico acabem no mar;
2. De acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), 80% do lixo marinho é plástico. Esta acumulação de lixo plástico, tem vindo a ser identificada como um dos maiores problemas globais dos nossos tempos. O lixo marinho é transportado pelas correntes dos oceanos e desloca-se longas distâncias, encontrando-se assim poluição derivada de resíduos plásticos em todos os ecossistemas oceânicos;
3. Este fenómeno é agravado pelo aumento da quantidade de resíduos plásticos produzidos anualmente, bem como pelo consumo crescente de plásticos descartáveis, que são eliminados após uma breve utilização, sendo raramente reciclados e tendencialmente depositados no lixo, como é o caso de copos, tampas, palhinhas, talheres de plástico, sacos, entre outros;
4. O Programa de Monitorização do Lixo Marinho em Praias da APA, constatou que em 2017, 75% do lixo marinho encontrado foram materiais de plástico. No que se refere à quantidade e composição do lixo identificado nas 11 praias que participaram no programa, os itens mais abundantes foram o plástico com mais de 70%, papel e cartão com 17% e artigos sanitários com 6%. Tal como tem acontecido nos anos anteriores, o número médio de materiais de plástico supera em muito os restantes materiais;
5. A presença de plásticos e micro plásticos no ambiente aquático é um problema com consequências sérias para a fauna e flora marinhas, tendo também um impacto negativo na economia e turismo locais. De acordo com a União Europeia, e tendo em consideração esta acumulação e disseminação, o lixo marinho é uma das maiores ameaças à saúde dos nossos oceanos;



6. Em 2008 foi aprovada a Diretiva 2008/56/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho, designada por Diretiva Quadro da Estratégia Marinha, transposta para a ordem jurídica nacional pelo Decreto-Lei n.º 108/2010 de 13 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2012 de 27 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 136/2013, de 07 de outubro, que determina o quadro de ação comunitária no domínio da política para o meio marinho, no âmbito do qual os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para obter ou manter um bom estado ambiental marinho até 2020;
7. A Comissão Europeia apresentou em 2018 a *Estratégia Europeia para os Plásticos numa Economia Circular* que pretende “estabelecer as bases para uma nova economia do plástico, em que a conceção e produção de plásticos e de produtos de plástico respeitem plenamente as necessidades de reutilização, reparação e reciclagem e que desenvolva e promova materiais mais sustentáveis”. Uma das metas da Estratégia é que todas as embalagens de plástico no mercado europeu sejam recicláveis em 2030, contribuindo assim para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável de 2030 da ONU e do Acordo de Paris para as alterações climáticas;
8. O concelho de Almada, com a sua extensa linha de costa e praias, tem uma responsabilidade acrescida na prevenção da contaminação das praias e dos oceanos pelos detritos plásticos;
9. Segundo a Quercus, a pegada ecológica dos festivais de verão é muito significativa e deveria ser minimizada antes da realização destes eventos. No caso dos festivais que ocorrem próximos de zonas ribeirinhas estes efeitos são ainda mais graves, uma vez que o lixo acaba por se dispersar, podendo acabar nas praias e no mar;
10. São vários os festivais que já adotaram medidas para reduzir o seu impacto ambiental através, por exemplo, do uso eficiente de recursos, da utilização de materiais biodegradáveis, da reutilização de copos, da mobilidade partilhada e coletiva. Vários dos maiores e mais icónicos festivais de música como o NOS Alive, o EDP Cool Jazz, o Super Bock Super Rock, o Vodafone Paredes de Coura, o Primavera Sound e o Rock in Rio são já mencionados como festivais que promovem uma vertente ambiental em conjunto com a musical;
11. O festival O Sol da Caparica, um evento que atrai um público bastante vasto, e um festival que, dada a sua situação geográfica e de influência junto do público jovem e familiar, deve ter um papel mais ativo tanto na sensibilização da população para o problema do lixo e do desperdício, como na adoção de medidas que reduzam o seu impacto ambiental;
12. É notória a evolução do festival ao longo dos anos, tanto em termos do público que atrai, como das iniciativas, musicais e pedagógicas, que tem disponibilizado. Assistimos a iniciativas positivas no sentido de valorizar e promover a vertente ambiental do evento e contribuir para a educação e sensibilização



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ambiental do público. Nesta última edição destacamos a obra escolhida de Bordalo II que tinha como objetivo sensibilizar para o problema da poluição dos oceanos; as torneiras de água espalhadas pelo recinto e o stand dos SMAS Almada com a mensagem “Há água para preservar e mar para desplastificar” e oferta do biocopo, alertando para a necessidade de reduzir o uso de plástico e fazer a correta reciclagem do mesmo;

13. As iniciativas de promoção ambiental convivem, no entanto e no mesmo recinto, com práticas muito pouco sustentáveis, como a venda de bebidas em copos de plástico descartáveis, levando à produção de uma enorme quantidade de lixo plástico; a ausência de contentores para a separação de lixo (que não se coaduna com a mensagem que se pretende reforçar acerca da necessidade da correta separação e reciclagem dos resíduos); a não disponibilização de cinzeiros portáteis, fazendo com que imensas beatas acabem nos relvados do recinto, já que a sua remoção integral é difícil e morosa;

14. A utilização de copos reutilizáveis e eco cinzeiros portáteis já é comum a vários festivais de música, prevenindo a produção maciça e desnecessária de uma enorme quantidade de desperdício e lixo, como também sensibilizando todos os envolvidos para a necessidade da adoção de boas práticas ambientais;

15. Para além do uso de copos reutilizáveis promover a diminuição de resíduos plásticos, também reduz o trabalho de limpeza do local, promove a reutilização de recursos e a reciclagem, e incentiva a economia circular.

16. O Sol da Caparica tem ganho renome ao longo das suas edições, atraído um número muito significativo (e crescente) de pessoas, podendo constituir-se como uma montra de boas práticas, ganhando cada vez mais um cariz ambiental, tão pertinente e necessário nos tempos atuais.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 20 e 21 de setembro 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1. A supressão da utilização de copos descartáveis no recinto do festival O Sol da Caparica já a partir da sua próxima edição (2019), e disponibilização de copos reutilizáveis, nomeadamente através do pagamento de uma caução simbólica que poderá ser ressarcida, a quem o desejar, com a devolução do copo no final do evento.
2. A disponibilização de eco cinzeiros portáteis a fumadores e respetiva sensibilização para a importância de não atirar as beatas para o chão.”

6.2.4 - A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN) para apresentar a recomendação “Implementação do Programa Cheque Veterinário como medida de combate ao abandono e de promoção da esterilização de animais de companhia”;



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Recomendação de Implementação do Programa Cheque Veterinário como medida de combate ao abandono e de promoção da esterilização de animais de companhia

Considerando que:

1. A sociedade atual atribui uma importância crescente aos animais de companhia, tendo em conta os seus atestados contributos para a estabilidade emocional e o relacionamento nas mais variadas classes etárias, o que constitui um fenómeno de extrema relevância social. Segundo um estudo da GfKTrack.2Pets (2016), os animais de estimação encontram-se em 56% dos lares portugueses, ou seja, cerca de 2.151 milhões de lares possuem, pelo menos, um animal de estimação;
2. Os gastos associados aos cuidados veterinários (em média, cerca de 12% do orçamento familiar), tendo em conta o rendimento mensal médio da maioria das famílias portuguesas, são muitas vezes elevados e fazem com que pessoas com um rendimento mais baixo não tenham possibilidade de prestar os cuidados veterinários necessários aos seus animais de companhia, levando à eventual propagação de doenças contagiosas e ao abandono de animais doentes.
3. Segundo dados da DGAV (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária), em 2017 mais de 40 mil cães e gatos errantes foram recolhidos pelos centros de recolha oficiais (CRO) e dos animais que recebem, menos de 35% são adotados, o que faz com que cerca de 19.500 animais fiquem nos CRO, muitos deles a vida toda;
4. A entrada em vigor a 23 de setembro da Lei 27/2016 de 23 de agosto que, entre outros, estabelece a proibição de abate de animais errantes como forma de controlo da população, e perante a realidade traduzida nos números disponibilizados pela DGAV, urge que os Municípios implementem medidas eficazes de combate ao abandono e de promoção da esterilização, como formas determinantes para que seja possível Portugal aproximar-se da taxa de sucesso que alguns países já conseguiram alcançar na área da proteção e bem-estar animal e, conseqüentemente, na área da saúde pública.
5. Adicionalmente a esta nova Lei, existe a crescente sensibilidade por parte dos municípios para o bem-estar animal, exigindo a intervenção da autarquia em situações de animais abandonados e errantes e no apoio a famílias carenciadas, nomeadamente através do auxílio com cuidados primários de saúde para estes animais de companhia.
6. No que respeita ao concelho de Almada, com territórios onde muitas famílias se encontram em situações de carência significativa, a capacidade de resposta por parte do Serviço Veterinário Municipal é manifestamente insuficiente para se constituir como a maior ferramenta e o único meio de prestar apoio



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

na área da saúde animal a estas famílias, bem como para conseguir (ainda que com a colaboração de associações zoófilas) manter o controlo e diminuir a população de animais errantes em território municipal.

7. A Ordem dos Médicos Veterinários tem vindo a disponibilizar-se como entidade reguladora para implementar protocolos entre centros de atendimento médico-veterinários (CAMV) e autarquias, no âmbito das esterilizações ou outros atos médico-veterinários, sendo que em 2017 lançou um programa de aproximação entre as necessidades dos municípios e os médicos veterinários para salvaguarda de animais em risco, nomeadamente cães e gatos: o Programa Nacional de Apoio à Saúde Veterinária para Animais de Companhia em Risco - Cheque Veterinário.

8. O Cheque Veterinário visa a prestação de cuidados de saúde primários gratuitos (nomeadamente no que se refere à vacinação, desparasitação e esterilização, bem como outros tratamentos e urgências 24 horas), através da atribuição de cheques veterinários emitidos pela autarquia a responsáveis por animais em risco, por esta identificados, para utilização nos CAMV aderentes à rede Cheque Veterinário, mediante protocolo a celebrar entre, de acordo com o que se propõe, a Câmara Municipal de Almada e a Ordem dos Médicos Veterinários.

9. O Cheque Veterinário é dirigido a animais abandonados recolhidos pela autarquia, animais em ambiente de CRO, colónias de gato CED e animais de famílias carenciadas.

10. A autarquia é que define o orçamento a atribuir ao programa e a tipologia dos cheques a disponibilizar aos municípios:

- a) Cheque Veterinário Médico (vacinação e desparasitação interna);
- b) Cheque Veterinário Cirúrgico (esterilização);
- c) Cheque Veterinário de Identificação (quando não for possível a identificação através do Serviço Veterinário Municipal);
- d) Cheque Veterinário de Tratamento (aplicável em situações em que o Médico Veterinário Municipal identifique necessidades de tratamento específicas, podendo também ser utilizado em casos de urgência para assistência imediata aos animais em risco);
- e) Cheque Veterinário de Análises (atribuído nomeadamente para despiste de FIV/FELV em gatos de colónias CED);
- f) Cheque Veterinário CED (inclui chip e vacinação antirrábica em gatos de colónias CED que sejam alvo de Cheque Veterinário Cirúrgico).



7/d

11. Em última análise, o programa Cheque Veterinário visa suprir as atuais necessidades, reforçar a imagem do médico veterinário, possibilitar apoio social para uma franja desfavorecida, criar uma dinâmica de comunidade e contribuir para o alcance das metas de proteção e bem-estar animal que o Município deve criar para si próprio, indo ao encontro das exigências da própria comunidade.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 20 e 21 de setembro 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1. A adesão e implementação do Programa Cheque Veterinário, através da celebração de um protocolo com a Ordem dos Médicos Veterinários e alocação de verba para o efeito, em concordância com as necessidades sentidas no concelho, tendo como uma das prioridades o incentivo à esterilização de animais de companhia.
2. A criação de critérios e procedimentos bem definidos, que garantam transparência, rigor e justiça na aplicação do programa e atribuição de Cheques Veterinários para que, de facto, este consiga ser um meio eficaz de providenciar a ajuda necessária àqueles que mais precisam.
3. A criação de uma campanha de sensibilização dirigida à população sobre os benefícios da esterilização, a acompanhar a implementação do programa Cheque Veterinário.”

6.2.5 - O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar a moção “Criação de um campo de Formação para as corporações dos bombeiros do concelho de Almada”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Recomendação de Criação de um campo de Formação e Instrução para as corporações dos bombeiros do concelho de Almada

Segundo o Decreto-Lei n.º 248/2012 de 21 de Novembro, do Ministério da Administração Interna, no ponto 1 do Artigo 3º os bombeiros têm como missão: a) A prevenção e o combate a incêndios; b) O socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes; c) O socorro a náufragos e buscas subaquáticas; d) O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica; e) A emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros; f) A participação em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas; g) O exercício de atividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações; h) A participação em outras ações e o exercício de outras atividades, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos e nos fins das respetivas entidades



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

detentoras; i) A prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.

No mesmo documento da Administração Interna, o Artigo 20.º [...] estabelece que: 1 — A instrução do pessoal dos corpos de bombeiros é ministrada sob a direção e orientação do comandante, de acordo com programa previamente estabelecido e aprovado pela ANPC, ouvidos a Escola Nacional de Bombeiros, enquanto autoridade pedagógica da formação, e o Conselho Nacional de Bombeiros. 2 — A instrução visa o treino e o saber -fazer, através do aperfeiçoamento permanente dos conhecimentos adquiridos pelo pessoal dos corpos de bombeiros nas ações de formação, sendo que o CAPÍTULO III respeitante à Instrução e formação Artigo 20.º Instrução 1 — A instrução do pessoal dos corpos de bombeiros é ministrada sob a direção e orientação do comandante, de acordo com programa previamente estabelecido e aprovado pela ANPC, ouvidos a Escola Nacional de Bombeiros, enquanto autoridade pedagógica da formação, e o Conselho Nacional de Bombeiros. 2 — A instrução visa o treino e o saber-fazer, através do aperfeiçoamento permanente dos conhecimentos adquiridos pelo pessoal dos corpos de bombeiros nas ações de formação. 3 — O comandante elabora, até ao final de cada ano, um plano de instrução que estabelece as atividades mínimas a desenvolver no ano seguinte, pelo seu corpo de bombeiros, do qual dá conhecimento à entidade detentora e submete a aprovação da ANPC.

Deste modo o Decreto Lei n.º 248/2012, que estabelece o regime jurídico, organização e funcionamento do corpo de bombeiros em Portugal, dá especial importância como não poderia deixar de ser, à formação e instrução dos bombeiros com a finalidade de preparar o melhor possível os soldados da paz para as suas diversas missões.

Sendo essa formação e instrução uma parte fundamental de toda a vida do bombeiro nomeadamente na sua formação inicial, mas também na necessidade de uma formação contínua e permanente capaz de fazer ultrapassar novos desafios preparando os bombeiros para as novas realidades nomeadamente novos perigos e sinistros, é fundamental que os mesmos possam ter à sua disponibilidade espaços adequados e o melhor preparados para dar cumprimentos a essa formação e instrução dentro dos parâmetros da lei e da segurança que se quer, salvaguardando a integridade física dos bombeiros.

Formar e preparar cada homem e cada mulher para a sua missão é hoje em dia um passo em frente para antecipar o mais possível os muitos danos colaterais, nomeadamente perdas de vida, que possam resultar desta atividade, maior parte dela exercida por voluntários, tornando a função de bombeiro muito mais motivadora nomeadamente em termos de recrutamento e aumento das suas fileiras.



No cumprimento das suas missões a instrução torna-se cada vez mais exigente, decorrendo daí a necessidade da adaptação a novos meios e instrumentos de treinamento, novos materiais e simulação de novos teatros e cenários de crise.

Um campo de instrução e formação moderno, com espaço e com capacidade para recriar os cenários mais próximos da realidade, em segurança onde possam ser testados novos meios de socorro e salvamento das populações ao mesmo tempo que protege a integridade física de cada instruendo, deve ser pensado e estar ao alcance de cada corporação de bombeiros do país.

Com os recorrentes incêndios que todos os anos assolam o país de norte a sul, do litoral ao interior, onde praticamente todas as corporações são chamadas para auxiliar na catástrofe e sinistralidade, é fundamental que os bombeiros possam ser dotados da melhor qualidade ao nível do treino e instrução minimizando os impactos negativos e colaterais.

Um campo de treino devidamente equipado e preparado para reforçar essa instrução vai ainda no sentido de criar sinergias junto das várias corporações, ganhar escala, dirimir custos de investimento e de manutenção, ao mesmo tempo que alarga conhecimentos e habilita os formandos das corporações dos bombeiros do concelho de Almada a uma melhor operacionalidade e aperfeiçoamento de conhecimentos.

O mesmo espaço de formação e instrução pode ainda servir de apoio não só ao novo corpo de voluntários criado pelo município de Almada tal como para servir numa vertente futura as tão desejadas unidades locais de proteção civil onde sejam ministradas formações de proteção civil e socorro à população do concelho.

O campo de treino, formação e instrução deve assim, ser visto não como um custo adicional, mas como um investimento na preparação de melhores bombeiros e, sobretudo, um investimento na segurança das populações.

Deste modo, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 20 e 21 de setembro na localidade da Sobreda, vem desta forma, defender a necessidade da criação de um campo de formação, instrução e treinamento que possa servir de forma adequada e em segurança, com equipamento e instrumentos adaptados às suas necessidades, que vise recriar múltiplos cenários o mais aproximados à realidade, ajudando a promover a operacionalidade, eficiência e eficácia dos bombeiros do concelho de Almada e mesmo numa vertente futura de formação ao corpo de voluntários e restante população.”

6.2.6 - O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar a saudação “Saudação aos 105 anos dos Bombeiros Voluntários de Almada”;



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação pelos 105 anos dos Bombeiros Voluntários de Almada

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária na localidade da Sobreda, nos dias 20 e 21 de setembro de 2018, saúda e endereça os mais sentidos e merecidos Parabéns à Associação Humanitária dos Bombeiros de Almada e a todo o seu corpo de voluntários e colaboradores pelo seu bonito aniversário da passagem dos seus 105 anos de existência e pela extraordinária dedicação que a instituição têm tido ao longo de mais de um século para com a população de Almada e nas restantes missões onde têm participado.

A par dos Bombeiros Voluntários de Almada, mesma saudação e agradecimento estende-se às restantes corporações do concelho, Bombeiros Voluntários de Cacilhas e Bombeiros Voluntários da Trafaria pela sua entrega e abnegação no combate aos grandes incêndios que deflagraram mais um ano no nosso país, onde se reconhece e enaltece a nobreza e a bravura de toda a sua entrega no cumprimento das suas missões.”

6.2.7 - O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar a saudação “Escola Profissional de Almada”

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação à Escola Profissional de Almada

A Escola Profissional de Almada constituída em 16 de Outubro de 1992 por contrato-programa com o Ministério da Educação, é uma referência no concelho e na grande região de Setúbal, tendo obtido ao longo dos seus anos de existência créditos e reconhecimento em todo o país e mesmo no estrangeiro, fruto da qualidade dos seus professores e alunos que levam além-fronteiras toda a qualidade manifestada nos projetos inovadores com que se apresentam em feiras, mostras, certames e concursos onde participam.

A mesma formou e foi o embrião de muitos profissionais que serviram a antiga Lisnave, situada mesmo em frente à escola, o que manifesta bem o grau de sucesso da empregabilidade e da qualidade dos formandos colocando os mesmos ao serviço da comunidade e no mercado de trabalho.

No presente, a Escola Profissional de Almada, continua a formar jovens não só na sua vertente pessoal e intelectual tal como deve ser missão de uma escola e dos seus professores, mas também, manifesta-se como um enorme caso de sucesso no que diz respeito à colocação dos seus alunos estagiários ou já formados em empresas de renome, o que espelha bem os resultados de um ensino com qualidade e aprumo.



As áreas da Eletrónica, da Eletromecânica e Manutenção industrial e a Mecatrónica Automóvel, são as áreas que a escola dispõe como opção aos seus alunos, preparando-se para receber neste ano letivo alunos para um curso de Animação Turística, aproveitando bem os recursos e a posição geográfica em que o concelho se insere, preparando já os novos alunos para a(s) novas realidade(s) que estejam por explorar em Almada ao nível do Turismo ou mesmo outras que possam vir a aparecer no mesmo sector.

A aposta neste tipo de ensino com vertente prática (Ensino Profissional) é fundamental onde os alunos se sentem mais confortáveis e mais estimulados a aprenderem, desviando-se um pouco do ensino dito "tradicional" onde de prático, por vezes, tem muito pouco ou nada, ficando por aprender, nesses casos, a outra vertente.

Além de formar profissionais para o mercado de trabalho, é notório o esforço com sucesso na formação de pessoas e mesmo na "reabilitação" de jovens que desistiram da via de ensino regular e viram no ensino profissional um caminho de futuro, descobrindo, muitas das vezes, capacidades próprias e aptidões que os mesmos desconheciam, facto esse, que enriquece e enobrece todo o trabalho dos professores e diretores da EPA.

A Escola Profissional de Almada é um estabelecimento de ensino privado, onde lecionam cerca de 30 professores servindo alunos maioritariamente dos concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra.

Sendo uma escola privada, a mesma presta junto dos seus alunos e da comunidade local um verdadeiro serviço público, formando jovens para o mercado de trabalho.

Com tanta qualidade de ensino é usual os alunos da Escola Profissional de Almada serem reconhecidos pelo seu mérito e trabalho realizado recebendo por esse facto, inúmeros prémios e menções honrosas como foi o caso dos concursos nacionais e internacionais o Park Skies Rangers e o Oncontrol, respetivamente.

Desta feita, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 20 e 21 de setembro de 2018 na localidade da Sobreda, vem através desta tomada de posição:

- 1 - Saudar entusiasticamente a Escola Profissional de Almada nomeadamente alunos e professores, pelos prémios obtidos no concurso Internacional Park Skies Rangers aos alunos do 1º ano do curso de Técnico de Mecatrónica e Automóvel, sob o tema meio ambiente, com concreto a poluição luminosa, e o Oncontrol, e no concurso nacional com um 3º lugar para o curso de Técnico de Eletrónica, Automação e Comando
- 2 - Reconhecer o serviço e o contributo que a Escola Profissional de Almada tem dado ao concelho ao longo dos seus anos de existência, como tal, reconhecer o compromisso que o poder local deve ter na



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ajuda e intervenção sempre que possível e quando solicitado, colaborando e auxiliando para que o mesmo estabelecimento de ensino possa manter a qualidade na formação que presta aos seus alunos dignificando a qualidade do ensino no concelho.”

6.2.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar a saudação “Orçamento Participativo Jovem – OPJ Almada”.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/saudação ao Orçamento Participativo Jovem – OPJ Almada

A Democracia deve aprofundar os seus instrumentos com a finalidade de chegar o mais possível às populações, criando oportunidades e mecanismos para que todos possam participar e contribuir para uma sociedade mais madura onde todos tenham a possibilidade de participar defendendo os seus direitos e cumprindo com os seus deveres.

Um dos instrumentos que a sociedade criou, o Orçamento Participativo, tem vindo com o passar do tempo a implementar-se com mais frequência aumentando os níveis de qualidade junto das populações.

Tanto é, que, hoje em dia, o Orçamento Participativo Jovem, encontra-se em vigor num considerável número de municípios do país, revelando um enorme sucesso e utilidade junto da juventude.

A participação ativa dos jovens nos destinos do concelho, a colaboração na transformação da sua vida em comunidade tal como a sua inclusão no amplo diálogo, é hoje localmente um sinal de modernidade e de desenvolvimento.

Perante tal realidade, o município de Almada não poderia ficar de fora.

O tão ambicionado orçamento participativo destinado aos jovens demonstra não só, esse sinal de amadurecimento no diálogo com os munícipes, neste caso, os mais jovens, como representa em simultâneo, um sinal de mudança ao nível do relacionamento entre eleitos e eleitores.

O Orçamento Participativo Jovem - OPJ Almada, representa já um benefício e uma discriminação positiva, dando uma oportunidade àqueles que, por norma, têm menos voz canalizando esforços e instrumentos ao serviço dos jovens.

O OPJ Almada é sem dúvida, como diz no seu preâmbulo, um instrumento que impulsiona e incentiva a participação cívica dos jovens em torno de projetos que visam responder às necessidades, aspirações e expectativas da faixa etária mais nova, servindo ainda para identificar e solucionar problemas, tal como apontar prioridades e investimento permitindo aos mesmos integrar as suas preocupações, compreender a complexidade dos problemas e desenvolver atitudes, competências e práticas de participação.



Nesse aprofundar de oportunidades, o OPJ Almada, numa lógica de oportunidade e também de discriminação positiva, tratando de forma desigual o que é desigual, cuidando daqueles que por uma lógica diferencial não de idade, mas sim, de condição física e psíquica como são os jovens com deficiência, poderia ver estabelecido no seu regulamento uma verba destinada à priori, diretamente para projetos e programas inclusivos, dando-lhes oportunidade de não só impulsionar a sua participação e inclusão na comunidade, permitindo também aos mesmos devidamente conhecedores das suas dificuldades, integrar as suas preocupações específicas, compreender melhor a complexidade dos problemas e desenvolver melhor que ninguém as atitudes e práticas de participação, muitas das vezes impedidos por falta de oportunidades, por falta de conhecimentos, por falta de verbas ou mesmo por estigmas sociais. Uma ideia a amadurecer no futuro.

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 20 e 21 de setembro na localidade da Sobreda, vem por este meio, saudar a implementação pelo município de Almada do Orçamento Participativo Jovem - OPJ Almada, desejando ao mesmo tempo os votos de um enorme sucesso junto dos jovens do concelho.”

6.2.9 - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), Sandra Branco Duarte (PAN), João Galdes (CDU), Carlos Guedes (BE) e Ivan Gonçalves (PS).

6.2.9.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Retomando a discussão relativamente aos documentos que estão apresentados hoje nesta Assembleia Municipal, começando pelo documento apresentado pelo Bloco de Esquerda, saudar esta iniciativa e deixo aqui o desafio, para que em mais outras iniciativas também, possamos trazer cá os nossos governantes, alguns se calhar conhecer o nosso Concelho e andar mais no terreno e perceber efetivamente as dificuldades, aquilo que é bom e aquilo que não é bom, que temos no nosso Concelho para que todos juntos possamos melhorar o nosso Município.

Em relação às moções apresentadas pelo PAN. Também saudar as iniciativas aqui trazidas, apenas fazer algumas referências. Nomeadamente, na questão do Dia Mundial do Animal e dos Animais de Quinta, o CDS-PP está como é evidente a favor desta mesma moção, irá votar favoravelmente, aliás, como as restantes moções. De qualquer forma não esquecendo que o que está em causa é com certeza a dignidade dos animais. Agora, temos que perceber, nomeadamente os animais de quinta, alguns são animais de criação, e não é por serem animais de criação que deixam de ter essa dignidade como é evidente. Mas,



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

tendo em conta esse mesmo fator, de que sendo animais de criação, tendo a total dignidade, mas já sabendo nós efetivamente qual será, por uns, feliz ou infelizmente, a sua finalidade.

Em relação à moção apresentada sobre o Sol da Caparica. Deixo apenas aqui um reparo e já tive a oportunidade de conferenciar com a Senhora Deputada Municipal do PAN, e deixaria aqui também um repto, para que pudesse haver uma maior sensibilização para este mesmo facto, mas que iniciássemos já para o próximo ano, um meio termo. Portanto, continuarmos para já ainda a utilizarmos aquilo que está neste momento, que é a utilização dos copos que não são recicláveis, e já com uma maior sensibilização introduzir os copos reutilizáveis, para que possamos então aos poucos tomar consciencialização deste problema para o meio ambiente. Portanto, saudar esta mesma moção.

E também votar favoravelmente a moção do cheque veterinário, que nos parece que é uma moção bem construída e, portanto, faz bastante uso no nosso Concelho, tendo em conta a quantidade de Municípios que têm animais de estimação, e percebendo também que muitos deles são pessoas idosas, muitas das vezes são carenciadas, tem o seu animal de companhia, o seu animal de estimação, e precisam também às vezes desta ajuda por parte do Município.”

6.2.9.2 – A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostava de dar aqui algumas notas relativamente à proposta do CDS-PP, que têm a ver com o Voto/Saudação ao Orçamento Participativo Jovem.

Nós concordamos em absoluto com a parte deliberativa do voto, mas não podemos concordar com o que vem referido no último parágrafo, antes da parte deliberativa e que tem a ver com os jovens com deficiência e passo a citar: “O Orçamento Participativo Jovem de Almada, numa lógica de oportunidade e também de discriminação positiva, tratando de forma desigual o que é desigual, cuidando daqueles que por uma lógica diferencial, não de idade, mas sim de condição física e psíquica como são jovens com deficiência, poderia ver estabelecido no seu regulamento uma verba destinada *à priori*, diretamente para projetos e programas inclusivos, dando-lhes oportunidade de não só impulsionar a sua participação, inclusão na comunidade, permitindo também aos mesmos devidamente conhecedores das suas dificuldades, integrar as suas preocupações específicas, compreender melhor a complexidade dos problemas e desenvolver, melhor que ninguém, as atitudes e práticas de participação muitas das vezes impedidos por falta de oportunidades, por falta de conhecimentos, por falta de verbas ou mesmo por estigmas sociais.



Não tendo absolutamente nada contra a discriminação positiva enquanto processo de compensação, ou eliminação de desigualdades tendo como objetivo a igualdade de oportunidades, grupos sociais discriminados ou marginalizados, consideramos que a discriminação positiva não deve ser feita desta forma. Se o proposto fosse relativamente ao reforço de divulgação junto desta população ou que uma das áreas temáticas fosse relacionada com as questões da inclusão e acessibilidades de que temos tanta falta em Almada, não teríamos nada contra. Reservar uma parte da verba do Orçamento Participativo Jovem específico para projetos nesta área, não nos parece o mais correto.

E mais, não podemos concordar com a afirmação de tratar de forma desigual o que é desigual.

Não podendo falar, obviamente, pela totalidade das pessoas com deficiência, considero que os grupos sociais desfavorecidos, discriminados ou excluídos, sejam eles quais forem, o que defendem é a igualdade.

Assim, solicitamos que a parte deliberativa seja votada separadamente dos considerandos.”

6.2.9.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Obrigada Senhora Deputada Municipal pela intervenção que fez.

Esta moção não foi feita assim só porque sim, só porque nos lembramos, e não estamos aqui a dizer como é evidente, e nem queremos incluir estas pessoas como os coitadinhos da sociedade, é exatamente o contrário. E, portanto, nós ouvimos também instituições que trabalham com estas mesmas pessoas, e, portanto, estas moções não são feitas assim só porque nos lembramos, enfim, só para marcar agenda. Mas, respeitamos perfeitamente a posição da Senhora Deputada Municipal do PAN. Então, vamos lá ver uma coisa, mas o Orçamento Participativo Jovem já não é uma discriminação positiva? Não estamos já aqui também, a discriminar a faixa etária? Então para isso fazemos o Orçamento Participativo Geral, e os jovens podem participar. Eu acho que é nesta lógica. Antes pelo contrário, é mesmo por isso, porque estas pessoas passam grandes dificuldades, há poucos projetos e ouvimos as instituições, há grandes problemas que estas pessoas têm. Portanto, é nesta lógica que foi apresentada esta mesma proposta, que já tínhamos falado também e que já ouvimos também o Senhor vereador. Mas aceitamos democraticamente as posições que foram tomadas.”

6.2.9.4 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Par dar conta da intenção de voto da CDU. Eu vou referir apenas os documentos em que o voto divergirá do voto favorável, exceto no caso da resolução proposta do Bloco de Esquerda, que vamos votar favoravelmente, mas quero deixar aqui algumas notas.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É o documento nº 2, Resolução sobre o 2º Torrão, apresentada pelo Bloco de Esquerda. Esta resolução referindo que a solução do problema do 2º Torrão ultrapassa largamente a capacidade e as competências próprias do Município, merece naturalmente a concordância da CDU, que aliás, sempre afirmou a absoluta necessidade de envolvimento de diferentes instâncias nacionais na construção de soluções para este território, bem como para outras áreas deprimidas e degradadas do Concelho de Almada. O que lamentamos, é que algumas forças políticas tenham ignorado e contrariado esta realidade, e tenham utilizado a situação vivida no 2º Torrão, como arma de arremesso contra o anterior Executivo Municipal, durante a campanha eleitoral que vivemos há cerca de um ano. Mas ainda sobre esta proposta, gostaríamos de colocar ao Bloco de Esquerda proponente, uma pergunta de natureza prática. Trata-se de realizar uma única iniciativa, reunindo no mesmo momento, todas as entidades responsáveis referenciadas? Algo que nos parece manifestamente difícil de alcançar, considerando a necessidade de compatibilização de agendas, ou perspetiva-se a realização de múltiplas visitas ao 2º Torrão, envolvendo, à vez, as diferentes entidades?

Relativamente ao documento nº 4, apresentado pelo PAN, a recomendação sobre o “Festival Sol da Caparia dar à música um melhor ambiente”, concordamos plenamente com os fundamentos que dão corpo aos considerandos desta proposta, que exprimem preocupações centrais do desenvolvimento e da sustentabilidade, que devem ser acautelados e devem ser postos em prática. No entanto, sugerimos à proponente da recomendação, uma alteração ao ponto 1 da parte deliberativa, porque entendemos que a imposição de uma alteração radical relativamente à disponibilidade de copos descartáveis em 2019, não se afigura realista, a sugestão que fazemos é que pudéssemos introduzir aqui um fator de gradualidade relativamente a esta matéria, a proponente não aceitou esta proposta, e, portanto, nós iremos abstermo-nos na votação do documento.

Relativamente ao documento nº 5, igualmente apresentado pelo PAN, recomendação de “Implementação do programa cheque veterinário como medida de combate ao abandono e de promoção de esterilização de animais de companhia”, a CDU considera que esta é uma questão complexa e que passa essencialmente por uma determinação da capacidade da Câmara Municipal em suportar os custos inerentes a esta iniciativa. Não somos contra uma recomendação que promova o estudo de soluções deste tipo, no entanto, pensamos que o problema deve ser tratado não a nível local, ou meramente ao nível local, mas ser objeto de uma determinação política nacional e central, válida para todo o território do país em condições universais. Por essas razões iremos também abstermo-nos neste documento.

Relativamente ao documento nº 6, apresentado pelo CDS-PP, “Criação de um campo de formação e instrução para as Corporações de Bombeiros do Concelho de Almada”, nós propomos a baixa deste documento à 6ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal, sem votação, porque entendemos que



o documento é válido, que o documento tem propostas boas e sustentáveis, mas que poderia ser melhorado e poderia ser significativamente desenvolvido, por um trabalho mais aprofundado da Comissão. E aproveitando as palavras do próprio Deputado Municipal que o apresentou no início da apresentação do documento, de que está disponível para contributos outros que não apenas o texto que apresentou, apresentávamos esta proposta de baixa à comissão sem votação nesta Sessão.

Finalmente, relativamente à saudação apresentada também pelo CDS-PP, relativa ao Orçamento Participativo Jovem, por razões de coerência e porque a CDU teve esse voto na Câmara Municipal e teve esse voto também na Assembleia Municipal, em que esta questão foi debatida, iremos abstermo-nos.”

6.2.9.5 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dizer que nós em relação à questão que nos foi colocada pelo Senhor Deputado Municipal João Galdes, nós na parte deliberativa começamos por dizer que é no âmbito da 5ª Comissão. Portanto, entendemos que seja a 5ª Comissão a decidir sobre a forma como se efetuarão as visitas, caso os convites sejam aceites. Embora, também sou sincero, a nossa ideia é que não seja uma visita única, mas que sejam várias visitas a acontecer num espaço delimitado no tempo, por forma a que tenha o impacto necessário e por forma a que se comecem de facto a gerar consensos com vista à solução daquela situação.”

6.2.9.6 - Usou ainda da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu só peço a palavra para dois esclarecimentos relativamente a duas moções aqui apresentadas. Relativamente ao 2ª Torrão aproveito a ocasião só para esclarecer um assunto, como sabem já foi há vários meses assinado o protocolo entre a Câmara Municipal de Almada, a Associação de Moradores do 2º Torrão e a EDP, para a instalação dos muretes para resolver o problema da eletricidade, em breve o inverno estará a chegar e tentarmos resolver. O que aconteceu é que a construção dos muretes à semelhança do que ficou no acordo, que é muito semelhante aquele que foi feito nas Terras da Costa, que ficou a cargo da Associação de Moradores, que infelizmente por razões óbvias, também não tem meios financeiros para o fazer. E, portanto, a Câmara Municipal de Almada vai assumir a construção desses muretes, que é um processo que já está a avançar. Portanto, queria só dar esta nota que em nada invalida, obviamente, e que não interfere na ponderação desta moção, mas aproveito o facto desta moção estar aqui, para prestar contas sobre a evolução deste assunto, dado que de facto o protocolo já foi assinado há algum tempo e ainda não foram construídos os muretes, porque só agora é que nos pediram e a Câmara vai finalmente assumir a construção destes muretes.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente ao Sol da Caparica, permitam-me só também esclarecer que, como sabem, este ano a questão da poluição dos oceanos foi um dos temas importantes do Sol da Caparica. Daí também a encomenda que fizemos ao artista Brutal Segundo, com a famosa baleia. E tentamos justamente já introduzir a questão dos copos recicláveis e aqui concordando até com o Senhor Deputado Municipal, não é tão simples quanto gostaríamos, porque aliás, tem encargos. E também tentamos eliminar as palhinhas, tem que se fazer uma campanha de consciencialização das pessoas que querem ainda usar palhinhas. Portanto aproveito também este palco para fazer um apelo a todos para não usarem palhinhas. Mas dizer, que já foi uma das nossas preocupações este ano, que aliás continua, porque aproveito também a ocasião para, não anunciar, mas dizer que fizemos um protocolo com o Museu de Arquitetura e Tecnologia, que vai fazer uma exposição com um grande artista plástico japonês o Tadashi Kawamata, uma exposição que vai decorrer de 05 de outubro a 01 de abril de 2019, cujo tema é justamente a poluição dos oceanos. Houve uma recolha de lixo nas praias de Almada, e quero agradecer a todos aqueles que participaram, não só por causa deste evento, mas de uma maneira geral na recolha dos lixos nas praias de Almada, não que fossem produzidos nas praias de Almada, mas porque vêm justamente do oceano, recolhemos esse lixo e contribuímos assim para esta exposição que tem como grande mote a consciencialização da importância do combate da poluição dos oceanos.”

6.2.9.7 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradecer a Associação Cultural e Desportiva da Quinta do Bau pela receção que nos proporcionaram hoje. Em relação aos documentos e àquilo que já foi dito, acompanhamos grande parte das considerações que já foram feitas pelos restantes grupos municipais. Fazer apenas uma referência àquilo que é o voto a propósito do voto de saudação ao Orçamento Participativo Jovem, nós votaremos favoravelmente este voto ao ponto deliberativo, aquilo que pediríamos e se tal fosse possível, é que este último parágrafo pudesse ser votado em separado, sendo que nesse sentido o Partido Socialista se absteria. Votaremos favoravelmente, apenas no princípio do que foi consensualizado, não diria que foi consensualizado, mas foi discutido na última reunião da Assembleia Municipal, que necessariamente este regulamento tem que ser amadurecido, tem que ser melhorado. Aquilo que entendemos, é que pode ser melhorado depois de nós colocarmos em prática e de percebermos aquilo que tem de bom, aquilo que correu bem e aquilo que correu menos bem. Estarmos à partida a condicionar essa análise, pode de alguma forma inquinar o debate. De qualquer forma, isso não fará com que não votemos favoravelmente esta saudação, que nos parece que é merecida, não só à Câmara Municipal por pôr finalmente em prática este projeto, mas também à Assembleia Municipal, que numa sua outra constituição, aprovou esta proposta.



Quanto às restantes propostas, fazer também referência, e fazer nomeadamente um pedido, para que esta proposta do cheque veterinário, uma vez que se aproxima o processo de discussão orçamental do Município, para o ano de 2019, o pedido que faríamos, seria para que esta proposta baixasse à Comissão responsável por estes temas, para que pudéssemos analisar, e em conjunto com o Município, perceber a melhor forma para que este projeto possa também avançar e ser uma efetiva realidade, que passe daquilo que é uma recomendação da Assembleia Municipal, também a uma efetiva realidade no nosso Concelho, nos moldes em que depois a Comissão e esta Assembleia Municipal entendesse e também a Câmara Municipal.

Quanto às outras propostas não temos muito mais a acrescentar, parece-nos que são propostas que merecem genericamente a nossa aprovação.”

6.2.9.8 – Antes de se passar à votação dos documentos, o Senhor Presidente da Assembleia referiu o seguinte:

O Grupo Municipal do PS propôs que a recomendação “Implementação do Programa Cheque Veterinário como medida de combate ao abandono e de promoção da esterilização de animais de companhia”, baixe à comissão permanente;

O Grupo Municipal da CDU propôs que moção “Criação de um campo de Formação para as corporações dos bombeiros do concelho de Almada” baixe à comissão permanente;

6.2.9.8.1 – Tomou a palavra a Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN) declarando que não se opõe ao proposto pelo Grupo Municipal do PS relativamente ao documento referido.

6.2.9.8.2 – Tomou a palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), declarando que não se opõe ao proposto pelo Grupo Municipal da CDU relativamente ao documento referido.

6.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.3.1 – A resolução “Visitas ao 2º Torrão” foi aprovada por unanimidade.

6.3.2 – O voto de saudação “Dia Mundial do Animal e Dia Mundial dos Animais de Quinta” foi aprovado por unanimidade.

6.3.3 – A recomendação “Festival O Sol da Caparica: dar à música um melhor Ambiente” foi aprovado por maioria com 24 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo o Presidente da Junta e o Presidente da União de Freguesias que o integram, 5 do PSD, 4 do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; e 14 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os Presidentes das Uniãoes de Freguesia que o integram.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.3.4 - A recomendação “Implementação do Programa Cheque Veterinário como medida de combate ao abandono e de promoção da esterilização de animais de companhia” baixa à Comissão Permanente respetiva.

6.3.5 – A moção “Criação de um campo de Formação para as corporações dos bombeiros do concelho de Almada” baixa à Comissão Permanente respetiva.

6.3.6 – A saudação “Saudação aos 105 anos dos Bombeiros Voluntários de Almada” foi aprovada por unanimidade.

6.3.7 – A saudação “Escola Profissional de Almada” foi aprovada por unanimidade.

6.3.8 – A saudação “Orçamento Participativo Jovem – OPJ Almada” foi votada ponto por ponto, nos seguintes termos:

6.3.8.1 – Votação dos considerandos, à exceção do último parágrafo e da parte deliberativa, foi aprovada por maioria com 24 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo o Presidente da Junta e o Presidente da União de Freguesias que o integram, 5 do PSD, 4 do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; e 14 abstenções dos eleitos do grupo Municipal da CDU incluindo os Presidentes das Uniões de Freguesia que o integram.

6.3.8.2 – Votação do último parágrafo dos considerandos foi aprovado por maioria com 6 votos a favor sendo 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP; 1 voto contra da eleita do PAN; e 31 abstenções, sendo 14 dos eleitos do grupo Municipal da CDU incluindo os Presidentes das Uniões de Freguesia que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo o Presidente da Junta e o Presidente da União de Freguesias que o integram e 4 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, tendo o Senhor Presidente informado a Assembleia que deu entrada na Mesa, nos termos do artigo 92º do Regimento, uma lista consensualizada por todos os Grupos Municipais e Deputados Municipais que não integram qualquer Grupo, para a propositura de candidatura à eleição dos/as cidadãos/ãs para o Conselho Municipal de Segurança, acompanhada das respetivas aceitações de candidatura.

7.1.1 - Não havendo pedidos de palavra, procedeu-se à distribuição dos boletins de votos e realizou-se a chamada, tendo os/as Senhores/as Deputados/as Municipais exercido o seu direito de voto.

7.1.2 - Finda a votação, o Senhor 1º Secretário e a 2ª Senhora Secretária da Mesa procederam ao escrutínio.



7.1.3 - O Senhor Presidente anunciou o resultado da votação, em que se registou o seguinte resultado: 38 votantes, sendo 37 votos sim e 1 voto branco.

7.1.3 - Nestes termos, o Senhor Presidente proclamou eleitos como representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Segurança os/as seguintes cidadãos/ãs: Armando de Jesus Barata, Arnaldo Leite, Fernando Manuel Samarra da Silva Rodrigues, Maria Alice Fernandes, Maria Inês Albuquerque Castro, Maria Joaquina Batista Simões, Maria Luísa Gueifão de Oliveira, Mário José Araújo, José Manuel Morais Anes, José Manuel Pereira, Pedro Manuel Nunes de Oliveira.

7.2 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda, relativo a Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais”.

7.2.1 - Para apresentar a proposta tomou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma Reestruturação Orgânica, ou uma Reorganização dos Serviços Municipais, é um ato normal de gestão, em função daquilo que são os grandes eixos da política que um executivo pretende realizar. No entanto, quando tomamos posse não quisemos fazê-lo de imediato porque também quisemos conhecer melhor a casa, os serviços da Câmara Municipal de Almada, e poder avaliar algumas situações de dificuldade, ou de menor celeridade de procedimentos, ou até de redundâncias de competências, e por isso, quisemos também conhecer melhor os serviços, os trabalhadores, os dirigentes, e por isso só agora vos apresentamos esta proposta de reestruturação orgânica.

Em consequência dos objetivos que já tinham sido estabelecidos nas Grandes Opções do Plano, para 2018, e que terão seguimento até ao final do mandato, e do exame efetuado, torna-se agora indispensável dotar a orgânica do Município, na forma e das soluções hierárquicas, que nas presentes circunstâncias apresentem as melhores condições, para que o funcionamento da autarquia se processe nos termos mais ajustados, cumprindo requisitos de racionalidade, de eficácia, de inovação e excelência na prestação do serviço público.

Em consequência da devida avaliação, foram identificadas situações de desajustamento hierárquico e funcional que recomendam uma mais adequada previsão em termos orgânicos, em especial nas seguintes situações:

Temos o caso por exemplo, do Centro de Arte Contemporânea, Casa da Cerca, por se tratar de um departamento sem divisões, com perdas de valias por não beneficiar de uma integração mais completa,



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

com os demais serviços do Departamento de Cultura, sem prejuízo obviamente da sua natureza e matriz conceptual próprias, que devem ser mantidas, assim como autonomia de programação.

Como já tive ocasião de o referir noutras ocasiões, também gostaríamos de ver a Casa da Cerca expandir-se para outros espaços do Município, espaços como o Solar dos Zagalos, o Convento dos Capuchos, ou outros espaços expositivos, onde as exposições da Casa da Cerca poderiam circular ou até serem criadas de forma exterior. Mas isso, depois quando passar à apresentação propriamente dita da orgânica, poderei voltar sobre esta matéria.

O Departamento de Desenvolvimento Local, por se tratar de um departamento sem divisões também, com um reduzido número de trabalhadores e integração limitada com outros serviços relevantes, em função das suas atribuições efetivas e potenciais, em especial nas áreas do desenvolvimento económico, turismo, comércio e outros conexos.

Importa dizer que as questões da economia, do empreendedorismo, do desenvolvimento local estavam repartidas por três serviços diferentes, com categorias diferentes, e, portanto, também não nos pareceu que em termos de eficácia, de celeridade e até em termos estratégicos, para a melhor implementação de medidas concretas e eficazes, esta repartição por três serviços diferentes fosse muito benéfica.

Tínhamos também a Divisão de Qualificação de Mercados e Serviços Urbanos, que, em virtude da falta de integração numa estrutura orgânica de nível superior, dotada de coerência temáticas e valias operacionais conjuntas, com prejuízo da capacidade de relacionamento do serviço com terceiros, internos e externos.

Tratava-se de uma divisão isolada, que dependia diretamente do Presidente, mas que também, consideramos que teria tudo a ganhar a ser integrada numa equipa maior nomeadamente, em tudo aquilo que é economia, desenvolvimento local, porque os nossos mercados são agentes muito importantes da economia local.

A Divisão de Turismo e Divisão de Desenvolvimento Económico, ambas limitadas por um enquadramento orgânico carecido de coerência temática (planeamento urbano), com perdas ao nível da eficácia e impacto da ação em áreas críticas da atividade municipal.

Detetamos também, a falta de expressão estruturada, integrada e complementar nas áreas do Turismo, da Economia, do Comércio Local, das Smart Cities, que era uma noção que estava ausente, da Inovação, da Sustentabilidade e da Resiliência, com perdas para o concelho e para os cidadãos, e efeitos negativos por via da falta de previsão e atribuição de competências nestas matérias.

A Divisão de Salubridade, que deve ser o tema mais debatido nesta Câmara e também nesta Assembleia, esta questão maior da limpeza urbana e da salubridade, era apenas uma divisão. A Divisão de Salubridade



por consubstanciar uma situação de manifesto subdimensionamento orgânico, em virtude do muito elevado número de trabalhadores (importa dizer que era uma divisão, mas é onde há mais trabalhadores da Câmara Municipal, a trabalhar), que inclui, da complexidade de funções que desempenha, da quantidade de meios e recursos materiais, técnicos e tecnológicos que gere e administra, e da ausência de orçamento próprio autónomo.

Identificação, no conjunto da função “recursos humanos”, da inequívoca necessidade de integração efetiva das várias componentes complementares compreendidas neste âmbito temático uno, nomeadamente para efeitos de uma resposta adequada em termos de acompanhamento social dos trabalhadores do município, o que apenas se torna possível por via da agregação do serviço de Saúde Ocupacional aos demais incluídos neste conjunto funcional, estando atualmente em causa um departamento sem divisões, mais uma vez, com um número muito limitado de trabalhadores, limitada capacidade orçamental, e reduzida expressão na concertação com os demais serviços e os SMAS.

Constatação também de dificuldades ao nível da função de compras e aprovisionamento, património, nomeadamente quanto à respetiva capacidade de resposta às solicitações dos demais serviços municipais, designadamente por falta de meios e recursos, e em virtude de uma deficiente participação daqueles nos momentos procedimentais preparatórios, nas situações de gestão de contratos e na gestão/administração do património imobiliários municipal.

Verificamos também, no conjunto dos serviços municipais e em especial no desenvolvimento de projetos transversais, de carências ao nível do alinhamento estratégico e operacional, da gestão e coordenação de projetos, e da concertação orçamental, com fortes perdas de eficácia e com prejuízo para o interesse público e municipal.

Identificamos também lacunas na programação e planeamento das intervenções no espaço público, tanto na componente dos serviços urbanos, como das obras em espaços públicos e infraestruturas municipais.

Identificação também da necessidade de serviços especializados na manutenção de equipamentos (em especial nas vertentes de aquisição e conservação em complemento da função de administração), com referência ao património imobiliário edificado e às infraestruturas técnicas dos equipamentos municipais. Depois posso explicar na altura das soluções.

Premência também, da criação de condições para uma melhor ação ao nível da gestão e administração do parque habitacional social municipal ou conexo, designadamente por via da segregação das funções de conservação e manutenção, das tarefas de atribuição de habitação e respetiva regulamentação e fiscalização.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Adequação urgente, da estrutura e procedimentos associados à atribuição de apoios e benefícios públicos, tendo em vista ganhos organizativos e na coordenação entre os serviços envolvidos.

E por fim, constatamos também ausência de estruturas hierárquicas necessárias para cumprimento da sentença condenatória junta à presente proposta, devida a uma ação judicial que se iniciou em 2006, e que eu depois passarei também a explicar.

Este foi, muito resumidamente, o diagnóstico que fizemos, e foi com base neste diagnóstico que elaboramos esta proposta de Organograma dos Serviços Municipais. Que na sua essência não é, sejamos francos, uma revolução, é mais uma reorganização daquilo que propomos.

Tem, no entanto, e ainda bem, algumas novidades.

A primeira novidade é aquela que era a Direção Municipal de Administração e Finanças, a sua transformação em Secretaria Geral. Continua a ser equiparada a uma Direção Municipal, qual é que é a importância desta designação de Secretaria Geral? É de alguma maneira, reafirmar aquela que é a sua função principal que é a Direção Municipal que junta todos os serviços de suporte transversais à ação de todos os serviços da Câmara Municipal. Significa que tem obviamente, toda a parte financeira, que tem os recursos humanos, que tem a informática, que tem o departamento de compras, e aprovisionamento e o património. Estes são os serviços transversais, que devem responder a todas as outras estruturas, e que, mais do que ser ela própria organizadora de eventos, ou outros afins, deve servir, de facto, como tronco de funcionamento da Câmara Municipal, garantindo assim a eficácia, a celeridade das respostas que têm que ser dadas. Nesta Secretaria Geral, para além da sua designação, como já disse, criamos também uma novidade que é a introdução no Departamento de Recursos Humanos, da Divisão de Saúde Ocupacional, do SSO, e a sua conjugação com a Intervenção Social. Quando falamos aqui de intervenção social não estamos a falar de intervenção social dos munícipes, mas sim, da intervenção social junto dos nossos trabalhadores. Atualmente esta Divisão geria as cantinas e a creche do Município. Neste momento queremos dar-lhe outro fôlego, queremos que vá mais longe e sobretudo que esteja articulada com outro serviço muito importante, e que Almada se pode orgulhar, que é um Serviço de Saúde Ocupacional pujante, com muitas ofertas e com muitas soluções para os seus trabalhadores. E, portanto, esta integração, que vai nesse sentido, é de reforçar estes dois serviços e que eles possam funcionar e articular da melhor maneira. E também tanto um como o outro tinham carências de pessoal, esperamos que nesta articulação, se calhar não vamos conseguir resolver todos, mas, resolver já uma parte dessa carência.

Temos também uma novidade no Departamento Jurídico que é a introdução no Departamento Jurídico da Divisão de Fiscalização. Em muitos casos a questão da fiscalização é mencionada, tínhamos um serviço que estava isolado, é importante que a fiscalização esteja inserida nesta Divisão de Fiscalização,



Contraordenações e Execuções Fiscais, para uma maior eficácia, que é de alguma maneira toda a linha. Se há uma questão de fiscalização, que as consequências e todos os procedimentos necessários, estejam todos integrados e que possam ser seguidos por uma mesma divisão.

Um dos outros serviços com mais trabalho, com mais peso, era a Divisão de Património e Compras. Estamos a falar de todos os contratos que são efetuados pela Câmara Municipal de Almada. Todos. Sejam eles por concursos públicos, sejam eles prestações de serviço, sejam eles apoios pontuais, toda a contratação de Almada estava numa divisão. Nós consideramos que pela importância da matéria, pelo volume de trabalho, criamos então um departamento próprio, só para essas matérias, criando também uma divisão de compras e gestão de contratos. Foi, de facto, outro dos problemas que identificamos que é a celeridade nos processos de contratação, mas também, às vezes uma dispersão na gestão dos contratos em curso ou nos contratos que terminam e com consequências muito gravosas para o bom funcionamento dos serviços.

E de resto, mantém o Departamento de Informática na sua estrutura, nas suas divisões. Assim, como o Departamento Jurídico, que tem agora a fiscalização, continua também com a Divisão de Apoio Jurídico e Contencioso.

Passamos agora a outra Direção Municipal que é a de Obras Mobilidade e Urbanismo, e assim com a Direção Municipal de Serviços Urbanos. Estas duas Direções Municipais, foram organizadas no sentido de criar coerência na sua ação. A primeira, a Direção Municipal de Obras, Mobilidade e Urbanismo, é de alguma maneira a Direção Municipal que planeia. Estamos a falar do Departamento de Infraestruturas e de Obras Municipais, do Departamento de Planeamento Urbanístico, do Departamento de Administração Urbanística, que são por exemplo, os loteamentos, e depois há uma breve explicação que terei que vos dar relativamente a esta Direção Municipal.

Este Departamento de Infraestruturas e Obras Municipais, vai organizar-se com quatro divisões. A Divisão de Projeto e Obras, uma nova divisão que é muito importante que é a Divisão de Empreitadas, justamente para que as obras municipais possam ser mais céleres e possam ser mais bem acompanhadas, e estamos a falar de muitas obras a todos os níveis, da rede viária à rede de reabilitação de edifícios municipais, e até de construções novas se for o caso disso, e introduzimos aqui também a Divisão de Mobilidade e Trânsito que estava no Ambiente, porque sabemos que muitas das questões da mobilidade é evidente que também têm a ver com a sustentabilidade. Mas, também temos uma questão prática, que é a questão do trânsito e é importante que as questões da mobilidade também se possam articular, com as questões urbanísticas, para uma melhor resolução de alguns, muitos, problemas detetados no concelho relativamente à mobilidade. Aliás, é importante dizer, que com base nos grandes contratos de concessão



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que terão que ser realizados até ao final de 2019, e que estão a ser feitos pela Área Metropolitana de Lisboa, como eu já abordei há pouco, houve vários inquéritos feitos, houve vários estudos feitos, e todos eles reconhecem que a questão da mobilidade é uma questão central para as políticas ambientais, mas que também uma boa política na prática do Município, da Mobilidade, devem estar estreitamente ligados com aquilo que é o Planeamento Urbanístico e a reorganização do espaço público, da rede viária e por isso foram aqui introduzidos.

Da mesma maneira, temos também aqui a Divisão de Infraestruturas Viárias e de iluminação Pública, ou seja, tudo o que seja projetar e melhorar o nosso espaço público.

De resto no Departamento de Planeamento Urbanístico, não há novidades, e, portanto, mantém-se como está, a Divisão de Instrumentos de Gestão Territorial e Planeamento, Divisão de Reabilitação e Revitalização Urbana, que é, de alguma maneira, toda a reabilitação que tem sido feita ao nível das áreas de reabilitação urbana as ARU, é um departamento que tem gerido isso, e aliás, nós gostaríamos de ver aumentadas as zonas classificadas como ARU, para estimular a reabilitação do nosso Concelho. Temos um bocado tendência para considerar que, as zonas históricas acabam, vão até aos anos vinte do século passado, não! Há muito mais edificado, há muito mais zonas com edifícios mais recentes, mais do final do século passado, nomeadamente, por exemplo a Costa da Caparica e outros, há zonas que precisam de reabilitação e, portanto, tem que ser pensada a possibilidade de alargamento de sistemas de ARU, s, para outras zonas de Almada.

Depois temos o Departamento de Administração Urbanística e as Divisões de Gestão e Administração Urbanística – DGAU. Que é justamente um departamento muito importante, e que a Senhora Vereadora Francisca Parreira está sempre a ser solicitada para isso, tem a ver com os loteamentos, com a relação com os privados, e também é quem tem a seu cargo as AUGI. Como eu já disse há pouco, consideramos que a questão das AUGI, é uma questão particularmente complexa, mas urgente de resolver. Temos dito desde início que é uma prioridade, e por isso criamos aqui, dentro deste Departamento de Administração Urbanística, uma divisão específica, que se vai exclusivamente, dedicar a encontrar soluções para a resolução das AUGI. Nós sabemos que as AUGI têm uma legislação nacional, mas também têm um regulamento municipal e estamos em crer que também é preciso rever esse regulamento municipal, e depois há caso a caso. Há muitas situações diversas e, portanto, consideramos que deve haver uma equipa exclusivamente dedicada a essa sua resolução.

Nesta Direção Municipal nós temos uma particularidade. Como eu disse há pouco, fomos confrontados, há cerca de mês e meio, dois meses, já estávamos a fechar a Reestruturação Orgânica, com uma sentença final, mais que condenatória, já é mais do que execução, relativa a um processo de um concurso de



admissão de trabalhadores, que remonta a 2006. Desde 2006, a Câmara Municipal de Almada, tem vindo a ser condenada, depois já teve um processo para execução de pena, não respondeu e neste momento somos confrontados com uma sentença sem direito a recurso, no sentido de termos que abrir um concurso para admissão. Temos que criar quatro divisões de gestão e administração urbanística, segundo as regras e a Lei de 2006, com os requisitos de 2006, e para os concorrentes de 2006. Dado que foi reconhecido que o concurso em causa tinha um vício de forma na seleção do júri, havia membros do júri que estavam em clara incompatibilidade, segundo o Tribunal, e, portanto, o concurso é invalidado, estamos nesta obrigatoriedade de criar estas quatro divisões, para poder abrir o concurso nos termos de 2006. Não posso garantir, não faço ideia, qual será o resultado desta sentença tão particular, todos os juristas e advogados que consultamos acham que é uma sentença de facto muito severa, mas como eu digo, na própria sentença o Juiz reconhece que por desrespeito reiterado da Câmara Municipal de Almada para com as sentenças anteriores, terá que cumprir nos moldes exatos, de alguma maneira da primeira sentença. Portanto, estas quatro divisões estão aqui, veremos o que é que vai acontecer com elas no futuro. Quero só lembrar que, a não execução desta pena, implica perda de Mandato, não é algo que nos agrade particularmente.

Temos depois uma Direção Municipal dos Serviços Urbanos. Esta Direção Municipal, de alguma maneira, é aquela que trata da manutenção do dia a dia. Já não é a Divisão de Salubridade, é Departamento de Higiene Urbana. Estamos a falar de quase quatrocentos trabalhadores, estamos a falar do serviço que mais afeta a vida dos almadenses, e, portanto, temos que lhe dar a estrutura e a dignidade que ele merece, porque é de facto uma questão maior no nosso Município. Este Departamento de Higiene Urbana, tem uma Divisão de Limpeza Urbana, e tem uma Divisão muito importante de Planeamento e Gestão de Recursos, também já foi várias vezes debatido, a antiguidade dos nossos equipamentos, dos nossos carros do lixo, às vezes as dificuldades de planeamento dos serviços nas várias zonas do território.

Temos depois um Departamento de Equipamentos, Manutenção e Frota. Criamos então uma Divisão de Manutenção de Equipamentos Municipais. Para isso eu tenho que explicar um bocadinho o que era a estrutura antiga. Os equipamentos municipais que estavam ligados a um departamento como por exemplo o Departamento de Cultura, ou Departamento Desportivo, ou os Órgãos Autárquicos, ou mesmo o Departamento de Educação, eram geridos pelos próprios departamentos. O que faz, eu vou para a questão mais evidente de todas, o que faz que no Departamento da Cultura onde estão pessoas que estão habituadas a programar, a planear a atividade cultural, eram confrontadas com problemas de manutenção, de ar condicionado, de canalização, e não tinham óbvias capacidades para isso, aliás, muitas vezes fomos alertados por dizerem: “Senhora Presidente, por amor de Deus, retire-nos esta responsabilidade porque nós não somos as pessoas mais adequadas para o fazer”, e sobretudo porque



MUNICIPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

não faz sentido também numa boa gestão. O que é que nós queremos dizer com isso? Um problema de ar condicionado, é um problema de ar condicionado, esteja ele num pavilhão desportivo, numa piscina, numa escola ou num teatro. É um ar condicionado. Em termos de gestão de compras também para a manutenção, uma lâmpada, é uma lâmpada. Uma lâmpada do teatro pode ter uma característica especial, mas é uma lâmpada. E, portanto, seja para uma melhor gestão das compras e do material necessário para a manutenção dos equipamentos, seja para uma vigilância maior do estado de manutenção dos equipamentos, e seja sobretudo, para a resolução rápida desses problemas, achamos melhor concentrar nesta Divisão de Manutenção de Equipamentos Municipais. Importa dizer que temos muitos equipamentos municipais em mau estado. Muitos. Temos o Fórum Romeu Correia, as reclamações sobre o ar condicionado, são muito legítimas e muito compreensíveis, mas que se prolongam. Temos infiltrações no Museu da Cidade, temos um Arquivo de Almada que precisa de intervenções urgentes. Temos as piscinas, já foi aqui também abordado, a necessitarem de trabalhos estruturais grandes, e, portanto, temos que ter uma divisão com engenheiros, com pessoas que percebam muito concretamente destas matérias, para poder resolver.

Dentro desta Divisão, no entanto, quisemos salientar um serviço muito especial também, que esse ainda está em pior estado, que era um serviço de manutenção para a habitação municipal. Que é outra questão essencial, aliás, como já referi há pouco, estamos em conversações com o Governo e a preparar candidaturas a fundos para a questão da habitação social, e que frisam muito a reabilitação do nosso parque habitacional que está em muito, muito, muito más condições, e nós temos consciência disso. E, portanto, nesta Divisão precisamos também de ter um serviço dedicado exclusivamente à manutenção da habitação social.

Depois temos ainda a Divisão de Gestão e Manutenção da Frota. A nossa frota de automóveis, também não está em muito bom estado, está como o resto.

Temos também nesta Direção Municipal o Departamento de Espaços Verdes e serviços conexos, o que significa a Divisão de Espaços Verdes, a Divisão de Gestão de Parques Urbanos, ao qual juntamos aqui também o Serviço Veterinário Municipal, que é obviamente diferente da Autoridade Sanitária e Veterinária Municipal, que está ligada ao Presidente, mas tem autonomia, é mesmo o Serviço Veterinário Municipal, assim como o Serviço de Gestão Cemiterial, também aqui, para poder ter uma política mais coordenada e mais coerente.

Criamos uma nova Direção Municipal de Desenvolvimento Social, que antigamente se chamava de Desenvolvimento Social Integrado, onde temos o Departamento de Cultura, o Departamento de Educação e Juventude, o Departamento de Desporto, que já estavam juntos. O que nós fizemos foi introduzir nesta



Direção Municipal, porque estava fora, o Departamento de Intervenção Social e Habitação. Qual é que é a coerência também desta Direção Municipal? Esta Direção Municipal tem um peso muito importante, porque também é daqui que saem todos os apoios públicos da Câmara nas suas mais diversas vertentes. Estamos a falar dos apoios às associações, há um gabinete de apoio ao associativismo, mas que está um bocadinho disperso e com funções um pouco difusas, que deve obviamente integrar esta Direção Municipal. A Cultura dá muitos apoios, a Educação e Juventude também, o Desporto e o Social também. Portanto, é importante termos aqui, por um lado, regulamentos claros, fiscalização clara, concursos. E a revisão que, também já foi dita aqui, do regulamento dos apoios públicos da Câmara, permitam-me o mal nomeado RMAMA (Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo), que é um nome não muito adequado, penso eu, mas é muito importante rever esse regulamento, que já o anunciamos, revermos com o movimento associativo, e ter aqui uma estratégia que possa estabelecer regras claras, transparentes e que possa ser de facto, um apoio para todos, toda a sociedade almadense, nas suas mais diversas vertentes e que é tão dinâmica, e que por isso nos alegra tanto.

Temos uma nova Direção Municipal. Essa nova Direção Municipal, Economia, Inovação e Comunicação. Temos que ser coerentes. Se nós dizemos e nos comprometemos com a importância de redinamizar Almada, atrair empreendedores, ajudar a economia, promover o turismo, o turismo não pode estar no planeamento urbanístico. São regras diferentes. E aqui também, temos que ter uma estratégia clara, coordenada, com um departamento de economia e desenvolvimento local, com uma política integrada. Por exemplo, temos três agências de desenvolvimento local que estavam num departamento, depois o outro departamento de desenvolvimento económico estava mais ligado ao planeamento urbanístico, o que também do nosso ponto de vista não fazia sentido. E, portanto, neste Departamento de Economia e Desenvolvimento Local, temos uma Divisão de Desenvolvimento Económico e Emprego, a Divisão de Turismo e a Divisão de Mercados, Comércio e Espaço Público, para aqui também, termos uma política coordenada. Temos também o Departamento de Inovação, Ambiente e Sustentabilidade. Neste Departamento temos a Divisão de Gestão e Sensibilização Ambiental, tal como estava, e temos uma Divisão de Inovação, Clima e Energia e Cidades Inteligentes, acreditamos que este Departamento será muito importante para projetar Almada no futuro, para captar novos investidores e sobretudo para poder trabalhar em novas práticas tão importantes, para este combate ao desenvolvimento sustentável.

Por fim, temos também o Departamento de Comunicação, que estava ligado diretamente ao Presidente. Eu acho que importa fazer a diferença. Uma coisa é a comunicação institucional, e que obviamente está ligada ao Gabinete da Presidência. Mas a comunicação, não é a comunicação do Presidente. É a comunicação de Almada. É a comunicação de todo o trabalho que fazem os serviços de Almada, é a comunicação que promove o Concelho de Almada. E, portanto, não faz sentido que seja o Presidente,



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

exclusivamente, a decidir ou a titular toda esta comunicação, é preciso criar uma nova estratégia de comunicação de Almada, para o exterior, obviamente, para mostrar uma nova mensagem e de promoção de Almada, mas também para o interior. Ou seja, também para os almadenses, para que os almadenses se possam rever naquilo que é a mensagem e a imagem de Almada.

Dito isto, apesar de termos uma nova Direção Municipal, o número de departamentos é praticamente o mesmo, assim como o número de divisões. Portanto, criamos uma nova Direção Municipal, mas não aumentamos a estrutura de serviço de forma excessiva, muito pelo contrário, temos praticamente o mesmo número de unidades orgânicas.

Ficam por apresentar os serviços que têm que ser autónomos e que devem estar de alguma maneira acima, pela sua natureza. Um é a Autoridade Sanitária e Veterinária Municipal, como é obvio. O Serviço Municipal de Proteção Civil, todos nós dependemos da nossa Proteção Civil e, portanto, tem que estar isolado e acima de tudo isso, porque em caso de catástrofe ou de acidente, não interessa de quem é o serviço, é um serviço do qual todos nós dependemos. E também aí sim, a depender da Presidência criamos uma divisão de Auditoria, Planeamento Estudo e Controlo Orçamental, penso que por razões evidentes, para todos, convém que a Presidente possa controlar um pouco o orçamento.”

7.2.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), João Geraldes (CDU), Pedro Matias (PS) e Ana Salvado (PS), o Senhor Vereador Nuno Matias e a Senhora Presidente da Câmara.

7.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como não vou fazer nenhuma declaração de voto, deixo já aqui algumas indicações relativamente a este mesmo ponto da discussão da Ordem de Trabalhos.

Decorre do normal funcionamento daquilo que é uma Autarquia. Houve uma mudança, é normal que quem esteja agora no Executivo da Câmara Municipal queira apresentar um novo projeto, queira apresentar novas propostas, queira apresentar uma nova organização daquele que deve ser o normal funcionamento de um Executivo, de uma Câmara Municipal, e, portanto, entendemos que é normal que haja alterações. Claro que aqueles que estavam no Executivo, estiveram bastantes décadas no Executivo, podem não concordar. E, portanto, é normal que aqueles que entram agora, queiram apresentar novas propostas, uma nova forma e uma visão diferente daquela que tínhamos anteriormente. O CDS-PP esteve a analisar o documento, é uma nova reorganização dos serviços, da forma de funcionamento dos serviços da Câmara Municipal de Almada, uma nova forma de interação quer entre os serviços, quer entre os



trabalhadores, quer na comunicação que foi agora referida pela Senhora Presidente, quer com os recursos humanos, quer também financeiros, e, portanto, é normal. Aquilo que se pretende, é uma Câmara Municipal mais produtiva, mais eficiente, com uma maior eficácia, e da parte do CDS-PP, não temos nada, por aquilo que verificamos, a obstaculizar.

Quero apenas referenciar a tentativa de criação de sinergias, e da melhor gestão dos recursos. De qualquer maneira o gabinete específico para a resolução e acompanhamento das AUGI é muito bem-vindo, a criação da Secretaria Geral também, o serviço de manutenção e reabilitação da habitação social, é muito importante para o nosso Município. E efetivamente, aquela que poderá ser a pérola do nosso Concelho, que é o desenvolvimento do turismo. É muito importante, que daqui para a frente, Almada possa verdadeiramente ter a capacidade de ombrear com outras cidades, nomeadamente, as cidades vizinhas, os Concelhos vizinhos, para que possamos ter um turismo de qualidade e que esse turismo de qualidade possa trazer postos de trabalho, possa trazer emprego, possa fixar pessoas em Almada, possa atrair mais pessoas para Almada e possa efetivamente dignificar o nome de Almada para os próximos anos. Portanto, o CDS-PP, irá votar favoravelmente este documento.”

7.2.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero só dar uma pequena nota. Obviamente esta estrutura já foi aprovada em reunião Câmara, mas antes de ser apresentada em reunião Câmara, procedeu-se a todos os trâmites legais, foram consultados todos os sindicatos, a Comissão de Trabalhadores, e, portanto, queria só deixar esta nota, que não tinha referido na minha intervenção de apresentação da proposta. Portanto, este é um documento que obviamente apresentamos a todas as estruturas que estão ligadas a esta reestruturação.”

7.2.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ao longo de mais de uma década, ferindo a autonomia do Poder Local, diferentes governos impuseram, de forma administrativa, sucessivas e incompreensíveis limitações à estrutura organizativa das autarquias, a mais grave e profunda das quais ocorrida durante o anterior Governo do PSD e CDS-PP.

A instabilidade que daí resultou no funcionamento dos serviços municipais teve impactos muito negativos para os municípios e para as populações, quer no que respeita à forma e conteúdo das suas estruturas orgânicas, procurando limitar drasticamente o número e a qualidade das unidades orgânicas a criar, quer procurando impor o despedimento compulsivo de milhares de trabalhadores das Autarquias Locais, que no caso de Almada implicaria o despedimento de 40 (quarenta) trabalhadores do Município por ano, que



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

se traduziria no final dos quatro anos do Governo de má memória que promoveu estas medidas, 160 (cento e sessenta) trabalhadores despedidos.

Em Almada optou-se por resistir até onde foi possível a estas imposições oriundas do Governo da República, o que contribuiu para que em 2015 o Governo tenha alterado os constrangimentos impostos, relativamente aos Municípios que se encontrassem em boa situação financeira. Daí que em março de 2015 tenha sido possível aprovar a atual estrutura de serviços municipais.

Hoje, ao discutirmos a reestruturação dos serviços municipais, suscita-se-nos uma perplexidade e algumas dúvidas.

A perplexidade prende-se com o facto desta proposta ter sido agendada com o selo de “urgência” que, segundo informação prestada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal em Reunião de Representantes, e reiterada na Sessão Extraordinária realizada no passado dia 13 de setembro, foi colocado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal nesta proposta.

Sucedo, porém, que nos confrontamos com uma “urgência” sobre a qual desconhecemos em absoluto os fundamentos, que não foram comunicados ao Grupo Municipal da CDU, como julgamos que a nenhum outro Grupo Municipal ou Deputado Municipal.

A CDU sublinha que no período de pouco mais de três anos em que vigora a atual estrutura de organização dos serviços da Câmara Municipal de Almada correspondeu de forma globalmente positiva e adequada às exigências de gestão das atribuições e competências municipais, quotidianamente colocadas ao Município.

Esta estrutura assegurou uma gestão do interesse público, cumprindo a missão que está cometida aos serviços das autarquias locais em geral, e das Câmaras Municipais em particular. Entendemos que a estrutura de serviços atual e as diferentes equipas de trabalho não perderam a capacidade para responder às necessidades dos serviços e das populações do nosso Concelho, conforme reconhecido por inúmeros instrumentos que avaliam com regularidade a atividade dos municípios em Portugal.

Neste sentido, não conseguimos apreender a pressa e a urgência na apresentação de uma proposta de reestruturação dos serviços municipais, nos termos em que ela aqui nos é presente, quando pensamos, por exemplo, na reconfiguração do Serviço de Saúde Ocupacional, um recurso de grande importância para os trabalhadores do Município, incluindo funções legalmente fixadas ao nível da Medicina do Trabalho, ou do Centro de Arte Contemporânea, um centro cultural de excelência, reconhecido a nível nacional e internacional.



Perante esta iniciativa interrogamo-nos, se será que o executivo municipal em exercício, não acredita na atual estrutura de serviços e não confia nos seus trabalhadores?

Interrogamo-nos, igualmente, sobre se tendo em conta o processo de transferência de competências da administração central para as autarquias locais neste momento em curso, não seria aconselhável que não se avançasse neste momento para uma alteração substancial da estrutura orgânica dos serviços municipais, como aliás a Senhora Presidente da Câmara Municipal, admitiu na reunião da Câmara Municipal em que esta questão foi debatida, ao afirmar que proximamente terá que rever a solução agora proposta.

E interrogamo-nos ainda, se considera ou não o atual executivo municipal, que a decisão de alterar, neste momento, a estrutura de serviços, não será decisão suscetível de criar uma tão indesejável quanto negativa instabilidade no funcionamento dos serviços municipais, afetando a sua capacidade de resposta objetiva às necessidades das populações.

Senhores e Senhoras Deputados e Deputadas Municipais:

De facto, a substancial alteração à estrutura de organização dos serviços municipais como a que nos é presente, afigura-se, no entendimento da CDU, como inoportuna e suscetível de induzir indesejável instabilidade numa estrutura de serviços que provou dispor de capacidades técnicas e operacionais para responder de forma positiva às exigentes responsabilidades assumidas pelo Município no quadro das suas atribuições e responsabilidades próprias.

Face ao exposto, a CDU considera que a aprovação desta proposta de estrutura organizacional da Câmara Municipal terá previsíveis efeitos negativos no que respeita à resposta aos legítimos anseios e satisfação das necessidades da população do Concelho, pelo que a CDU irá votar contra a proposta apresentada.”

7.2.2.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu já na reunião de Câmara fiquei bastante perplexa com a intervenção dos Senhores Vereadores da CDU, e, embora a intervenção hoje seja diferente, mas a minha perplexidade mantém-se.

A urgência, Senhores/as Deputados/as Municipais, é muito simples. É estarmos em véspera de fechar um orçamento, como sabem. Até meio de outubro deveremos apresentar o orçamento, e, portanto, parece-me ajuizado, que esta reestruturação esteja feita a tempo de apresentar o novo orçamento. É tão simples quanto isso. É a única urgência necessária, após aprovação como espero nesta Assembleia, esta reestruturação terá que publicada, e é bom que os serviços se possam preparar para as Grandes Opções do Plano e para o Orçamento de 2019, já com uma nova estrutura. É apenas essa Senhor Deputado



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Municipal, como o Senhor Deputado Municipal aliás sabe perfeitamente, porque se eu bem me lembro, já terá havido duas reestruturações feitas pelos Executivos da CDU. Portanto, nada de especial.

Relativamente ao SSO – Serviço de Saúde Ocupacional, aproveito a sua referência para dizer que eu penso que nós num ano, fizemos mais pelo SSO – Serviço de Saúde Ocupacional, do que o anterior Executivo. Aliás, há toda uma nova instalação do SSO – Serviço de Saúde Ocupacional, o equipamento foi todo refeito, foi todo reabilitado, e com muito mais dignidade do que alguma vez teve, durante a gestão de Vossas Excelências.

Relativamente à delegação de competências, então aí a minha perplexidade é enorme. São os próprios Senhores e bem, que relembram, que com a delegação de competências terão que vir recursos humanos. E, portanto, se terão que vir recursos humanos, é obvio que terá que ser reestruturado. E que provavelmente, terá que ser criada uma direção municipal só ou quase só, para a educação. Mas, Senhor Deputado Municipal, este posicionamento da CDU de, “não sabemos o que aí vem, o melhor é ficar parado”, nós não a partilhamos. Nós não consideramos, Almada não espera, há coisas para fazer, quando for necessário alterar, alteramos. Para já, temos aqui os munícipes de Almada, temos os almadenses que veem a esta Assembleia, e não só, os munícipes que todos os dias acordam, vão trabalhar, têm os filhos, têm a família, têm a escola, andam nas ruas, querem ter os serviços a funcionar. Portanto, o argumento da descentralização de competências, eu acho extraordinário. Aliás, porque vai contra o vosso próprio argumento e bem, delegação de competências sim, com recursos financeiros e humanos, e Câmara terá que ter a capacidade de se adaptar a isso.

Relativamente então à instabilidade. Ver a CDU a falar de necessidade de estabilidade, Senhor Deputado Municipal, deixe-me só dizer, há mesmo momentos em que é bom haver instabilidade. Olhe por exemplo, em 1974, ainda bem que houve instabilidade, mudou. E espero que aqui também, esta instabilidade seja para melhor, não tenho dúvidas disso.”

7.2.2.5 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não tencionava intervir de novo, mas a intervenção da Senhora Presidente suscita-me só duas questões muito breves.

A primeira é que, não Senhora Presidente, eu não sabia. A Senhora Presidente não informou qual era a urgência, e, portanto, eu não sabia, não sou bruxo, não sabia, nem eu nem os meus camaradas sabíamos. Portanto, a Senhora Presidente informou hoje qual era a urgência, ficamos a saber que a urgência é o futuro orçamento da Câmara Municipal, ótimo. Ficamos a saber.



A segunda questão é uma questão de detalhe. Da intervenção da Senhora Presidente, resulta pelo menos numa convicção, que é que a situação que nós vivemos na Câmara Municipal de Almada é uma calamidade total. Pelo menos os serviços estão todos a necessitar de obras, é uma calamidade total. Mas, a Senhora Presidente referiu, que uma das medidas exemplares desta proposta é a criação de um departamento na higiene urbana, quando aquilo era uma divisão que estava subdimensionada, Senhora Presidente saberá dizer-me, com quantos trabalhadores vai ficar a divisão e vai passar a chamar-se Divisão de Limpeza Urbana? Num departamento que se chama Departamento de Higiene Urbana, e que tem duas divisões, saberá dizer-nos quantos trabalhadores vai ter esta nova divisão?”

7.2.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero começar por agradecer à Senhora Presidente por todo o esclarecimento prestado nesta Assembleia Municipal, sobre aquilo que é uma proposta de grande relevância para o funcionamento da Câmara Municipal de Almada, nos próximos anos. E, mais uma vez, vir aqui dizer que a bancada da CDU e o Senhor Deputado Municipal João Galdes, vêm aqui procurar, com um truque de ilusionismo, falar de coisas que nós não entendemos e que não percebemos. A primeira já é tradicional, que é, culpar os outros de todos os males que existem em Almada. É sempre dos outros os problemas. Ou é do Governo, ou do Ministério A, ou é da entidade C, andamos sempre nesta lenga, lenga, ao fim de alguns anos, e não há objetividade nenhuma sobre os assuntos importantes a tratar no nosso Concelho e que não foram resolvidos. E, depois no discurso que aqui fez, no texto que leu, vem falar de instabilidade no quadro do pessoal e no funcionamento da Câmara Municipal. Senhor Deputado Municipal, o Senhor quer mais instabilidade, alguma vez vista, quando o anterior Vice-Presidente, responsável pelos recursos humanos, que está ali sentado, que em cinco anos, não conseguiu fazer uma avaliação de SIADAP nos SMAS – Serviço Municipal de Água e Saneamento, quer mais instabilidade e mais incompetência do que isto? Como é que os trabalhadores podem acreditar numa organização, ou numa reforma do quadro de pessoal e numa reestruturação que foi feita em 2015, se nem conseguiram avaliar os trabalhadores? Teve cinco anos para avaliar. Veja a tamanha incompetência que teve, Vice-Presidente e responsável pelos recursos humanos. O Senhor Deputado Municipal, vir aqui ler este documento, é para nós estarmos aqui a rir, ou então o Senhor Deputado Municipal está-nos a gozar. Quando a Câmara faz uma proposta objetiva, concreta, para melhorar todo o funcionamento das divisões e dos departamentos, na Câmara Municipal de Almada, o Senhor Deputado Municipal vem aqui falar em estabilidade? Claro que os trabalhadores não acreditavam naquilo que os Senhores diziam. E é natural. Portanto, o que se passa neste momento, é que existe uma proposta que vai colocar o Município a funcionar. E muito obrigado Senhora Presidente, por nos trazer essa proposta, porque são os próprios trabalhadores, quem fala com eles todos os dias, são os próprios



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

trabalhadores, que ajudaram a construir este documento, e que percebem que havia necessidade de resolver este problema.”

7.2.2.7 – A Senhora Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tentarei dizer breves palavras a propósito do que foi aqui explicado e que, se a memória não me falha, terá sido a primeira vez, desde que estou presente em mandatos nesta Assembleia Municipal, em que tenho, temos todos, a honra de ouvir com algum detalhe, aquilo que passa pela cabeça de quem pode e de quem decide propor mudanças. Porque fazer diferente, não basta chegar e colocar à consideração dos presentes, para a devida votação. E contrariando veementemente uma ideia que foi aqui passada, e que não é séria, de que a proposta que está em cima da Mesa, visa ou tem por base, uma desconfiança dos serviços que prestam aos Municípios o seu melhor trabalho. É que em nenhum momento das palavras que foram proferidas isso esteve em causa. Propor uma integração de serviços, propor um novo estatuto, e quando digo novo estatuto é dignificação do estatuto para algumas divisões, propor o fim de uma atomização de departamentos, gabinetes, serviços, divisões, nada disso se relaciona, com pôr em causa a confiança que se tem nos trabalhadores destes serviços, ou, se quer dizer que os serviços funcionam mal. Quando se tem uma estratégia política e quando se definem áreas estratégicas políticas, há uma coisa que é básica, que é, como é que vamos executar aquilo que pensamos fazer. Quando se diz que, turismo, economia, higiene, desenvolvimento local são áreas estratégicas, é mais do que sustentável defender uma nova forma de integrar essas ações. E, portanto, não há qualquer razão, para poder vir aqui ser defendido que o está aqui em causa é provocar instabilidade, é dar um sinal de insatisfação perante aquilo que foi feito no passado.

O novo estatuto de alguns departamentos, de algumas divisões que foram aqui detalhadas ao pormenor, a contrariar, como já referi, a atomização de dez unidades, não são dez unidades atomizadas, que dignificam por si só, quem presta serviços e quem está a trabalhar nelas. Isso sim, é facilitador de uma coisa que é contrária da autonomia, que também foi aqui falado. Ser um serviço autónomo, é diferente de ser um serviço atomizado, que permite e todos bem sabem, quem faz gestão pública de serviços ou de organizações, ou de serviços privados, ou de serviços públicos, quanto mais atomizados são os serviços, maior discricionariedade ou maior falta de transparência, pode existir nas decisões. E, portanto, se eu mostrasse a uma criança ou a um adolescente, estes dois organogramas que aqui estão presentes, havia coisas muito simples que eram identificáveis, desde logo a questão da integração. Temos uma Câmara Municipal, que quer propor um serviço altamente integrado, altamente funcional, altamente hierarquizado. Isto é salutar para todos que trabalham, isto é salutar para todos os municípios.”



7.2.2.8 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, só para responder ao Senhor Deputado Municipal João Galdes. Quantos trabalhadores? Certamente mais do que os 401 (quatrocentos e um). Estamos a contar que possam entrar mais 60 (sessenta) trabalhadores para o serviço, estamos a falar de mais cantoneiros, de mais condutores de máquinas pesadas e veículos especiais, mais técnicos. E, portanto, a resposta é simples, mais do que os atuais. Atualmente são 401 (quatrocentos e um) esperamos ter mais 60 (sessenta) trabalhadores nessa mesma divisão.”

7.2.2.9 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, agradeço o esclarecimento que me deu, e, portanto, eu posso dizer que a Senhora Presidente só pode ter-se enganado quando apresentou a proposta e disse que ia criar um departamento de higiene urbana, porque a divisão de salubridade estava subdimensionada e devia ser considerada a outro nível na estrutura orgânica. Acaba de me dizer que a nova divisão vai ter mais trabalhadores que os anteriores. Eu fico esclarecido, muito obrigada. Já agora, só completar a nossa intervenção, nós já anunciamos aqui o nosso sentido de voto, mantemos o nosso sentido de voto, mas estamos cá, naturalmente, para acompanhar a implementação e o trabalho que esta nova estrutura que a Câmara agora nos propõe e as promessas que ela traz de melhoria do serviço, estamos cá para acompanhar.”

7.2.2.10 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Um cumprimento à Associação Cultural Desportiva da Quinta do Bau Bau, que muito nos honra, mais uma vez ser nossa anfitriã, e que é com muito gosto que eu pessoalmente aqui regresso sempre.

Eu confesso que também fiquei perplexo, e fiquei perplexo porque, enquanto autarca, e já vão dezassete anos nesta terra, também já vivi duas alterações de macroestrutura, normais de quem no seu legítimo direito procura reorganizar aquilo que entende adequado para a prossecução dos objetivos estratégicos de governação. Faz sentido. Aconteceu em mandatos em que as maiorias estavam lideradas à data pela CDU, e nunca ninguém, nem o PSD e eu próprio, usaram o argumento de que havia uma desconfiança nos trabalhadores, nessa altura. Nunca ninguém usou. E, portanto, se à data a CDU quando fez essas duas alterações de macroestrutura, não foi certamente por desconfiança em relação a nada ou a alguém, foi certamente porque entendia que havia alterações a fazer dentro daquilo que era sua visão de organização dos serviços, legítima, e as nossas questões à data punham-se de outra ordem de grandeza, eram as



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

opções propriamente ditas. Agora, desconfiança? Quer dizer, aquilo que houve foi uma tentativa de percecionar por parte do atual Executivo, sobre aquilo que era o funcionamento da estrutura na prática, e agora adaptá-la, corrigi-la sem qualquer tipo de pressão sobre os trabalhadores e dirigentes. Aliás, eu próprio naquilo que são as relações ótimas que tenho com as chefias, com as quais tenho orgulho e honra de trabalhar, já os descansei do ponto de vista de transição certamente tranquila, entre aquilo que existe e aquilo que vai continuar, e onde muitos certamente, vão continuar a dizer presente. E, portanto, eu fico realmente é perplexo, quando parece que estamos aqui a fazer alguma coisa a desconfiar de alguém. Não, estamos a fazer uma coisa normal que aconteceu há bem pouco tempo, em que a CDU protagonizou duas alterações de macroestrutura, e ninguém disse que estávamos a perseguir, a desconfiar, com qualquer tipo de intenção a não ser tentar melhorar o funcionamento da estrutura, que isso é um ato legítimo como foi nessas duas macroestruturas alteradas por anteriores mandatos.

Só para terminar, dar dois destaques que me parecem fundamentais. Todos nós queremos que Almada se desenvolva, e todos nós queremos também resolver problemas que se arrastam. E parece que esta macroestrutura vai no sentido correto quando aparecem áreas como a questão das AUGI, mais sobrevalorizadas, e aí sim, sobrevalorizadas como merece para tentarmos encontrar um paradigma de organização de trabalho dos serviços, para acelerar aquilo que se pode realmente resolver, porque não faz sentido andarmos há três décadas a não conseguir resolver aquilo que tem que ser resolvido, já devia estar há muito tempo solucionado. E outra questão, a questão das Cidades Inteligentes, a questão do Desenvolvimento Sustentável, a questão de organizar um paradigma de metodologia do trabalho dos serviços, que permita dar confiança a quem quer investir, a quem quer morar em Almada com maior qualidade dos serviços, e, portanto, há aqui um conjunto de opções normais de gestão. E, portanto, eu confesso é que fico perplexo, por se achar que aquilo que era normal em mandatos anteriores, agora é porque existe desconfiança em relação ao que quer que seja. Pode haver opções que aí a dialética democrática diga que a CDU ou outro qualquer, legitimamente acha que devia ir mais à esquerda ou mais à direita, isso é legítimo. Agora, não deixa de haver legitimidade de quem está a tentar organizar os serviços, fazer as suas opções. A CDU fê-lo. Eu pessoalmente fui testemunha duas vezes. E, portanto, nessa perspetiva, ninguém acusou à data o Executivo de estar a desconfiar de quem quer que seja. Podíamos pôr em causa as opções, isso é democrático, nada a dizer. Mas fico perplexo por se achar que não temos o mesmo direito que outros mandatos e outros executivos tiveram.”

7.2.2.11 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



De facto, a perplexidade continua, porque ouvi aqui uma Senhora Deputada Municipal, a Senhora Deputada Municipal Ana Salvado, agora ouço o Senhor Vereador Nuno Matias, falarem em alguma coisa que eu não disse. Ou não ouviram o que eu disse, ou então não sei. Porque na minha intervenção, está aqui escrita, se quiserem eu mostro-vos. Eu não disse rigorosamente nada de perseguição, nada de desconfiança, nada disso. Não disse rigorosamente nada disso. Portanto, não confundam aquilo que se passou na Câmara Municipal com aquilo que se passa aqui. Aqui estamos num órgão que é diferente, é a Assembleia Municipal. E, portanto, é só clarificar isto.

O Senhor Vereador Nuno Matias, diz que é legítimo, aliás a Senhora Presidente já tinha dito que é legítimo alterar. É, é legítimo alterar, como é legítimo discordar da alteração. E, portanto, na altura em que foram feitas as alterações à macroestrutura no anterior mandato, foram por imposição legal. Agora não. Agora é por vontade. E, portanto, como é legítimo o PSD votar contra as alterações que foram feitas no passado, é legítimo que a CDU agora vote contra. Portanto, o que está aqui em causa são questões de princípio. E as questões de princípio nós enunciarmo-las, são as nossas questões de princípio. E continuamos a defendê-las. E como disse há pouco, continuaremos e estaremos aqui para acompanhar a implementação desta macroestrutura, que aparentemente pelas palavras da atual maioria é milagrosa e vai resolver os problemas todos do Município de Almada, assim o esperamos.”

7.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 dos membros do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente da Junta de Freguesia e do Senhor Presidente da União de Freguesias que o integram, 5 dos membros do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 14 votos contra dos membros do Grupo Municipal da CDU incluindo dos Presidentes das Uniões de Freguesia que o integram; e 4 abstenções dos membros do Grupo Municipal do BE.

8 – Sendo próximo das 00 horas e 30 minutos, deu-se por concluída a 1ª reunião da Sessão Ordinária de abril, sendo os trabalhos retomados no dia seguinte, pelas 21 horas e 15 minutos.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as João Couvaneiro, Francisca Parreira, Nuno Matias Joaquim Judas, José Gonçalves, António Matos, Amélia Pardal e Joana Mortágua.

10 - Foi verificada a presença na reunião dos jornalistas Senhor Miguel Ribeiro e Senhora Sandra Guerreiro do Boletim Municipal DIRP – CMA, dos operadores de câmara da Ricochete Filmes e de cerca de 62 Senhores Múncipes.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

11 – A terminar a reunião, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Presidente da Direção da Associação Cultural e Desportiva da Quinta do Bau Bau Senhora D. Maria Joaquina Simões:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Boa noite e muito obrigada por nos dar esta oportunidade.

Com a pressa de bem receber, com a preocupação de bem receber, não nos inscrevemos. Pensávamos poder no tempo dedicado aos munícipes, os munícipes não dizem que tem que ser em palavras e, portanto, nós tínhamos as nossas palavras com a música. Bem-vindos, obrigada, é para nós uma honra receber a Assembleia Municipal, e se o Senhor Presidente me permitir e os Senhores/as Deputados/as Municipais, quem sabe, a palavra é mesmo do Luís Alves o nosso poeta e declamador, porque não gostava que não saíssem daqui sem saber como é que se chama este grupo, para quando vos falarem dele, saberem que foi na Sobreda que apreciaram os “Peixinhos da Horta”.

De seguida este grupo musical da Associação anfitriã tocou para os presentes algumas peças do seu repertório.

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____